

UM ANO DE COVID NO BRASIL

Ecos de esperança
em relação à pandemia
esbarram em caos
político no país



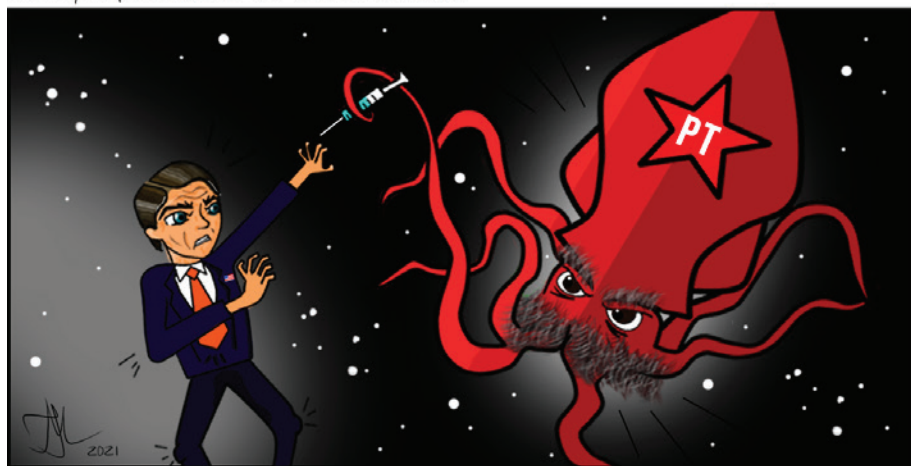
Editorial

Devemos recepcionar os nossos novos colegas de faculdade por aqui? Sejam bem-vindos. Não conhecemos o rosto de vocês, não pudemos recepcioná-los da nossa forma puquiana. Também não pudemos apresentá-los aos idosos que frequentam a nossa universidade e nos dão “boa tarde” e “boa noite” enquanto sobem e descem às rampas, o tio da pipoca, o *foodtruck* da Beth, o Terceira Aula fechou. Infelizmente, vocês ainda não presenciaram o som das baterias dos centros acadêmicos reverberarem pelos corredores de todos os prédios da PUC. Ainda não tiveram a chance de aguardar a aula na prainha ou na Praça da Cruz, nem de ver as faixas que eram penduradas em prol de causas diversas. O Tuca e o Tucarena ficavam especialmente lindos em dias de debates e eventos pró-democracia. A presença física dos professores era e, com certeza, ainda é de uma inspiração impossível de ser sentida diante da tela de um computador. Entretanto, o fato de que estão aqui, dispostos a iniciarem a sua vida acadêmica de maneira remota, é um sinal de que o que estamos vivendo é cheio de “aindas”, longe de ser definitivo.

Assim como 2020 passou, a parte mais difícil de 2021 também deverá passar. A incompetência política, o governo criminoso, genocida, negacionista e incompetente de Jair Bolsonaro não irá se reeleger, as máscaras deixarão de ser um item obrigatório, o álcool em gel é uma boa prática para se manter, as vacinas vão chegar, o SUS vai sobreviver, a ciência vai vencer e vocês vão retornar para a PUC. Vão ajudar a manter as tradições da universidade, a lembrar da história dessas paredes centenárias. Vão para sempre homenagear as centenas de milhares de famílias que sentiram a dor e o terror de perder um parente para uma doença que poderia ter sido evitada e combatida de forma mais eficaz.

Desejamos-lhes boas-vindas porque vocês são o nosso futuro, o futuro dessas páginas e a perseverança que precisamos para sobreviver esse período turbulento.

Nas profundezas do Bolsoverso...



© Isabela Mendes

PUC PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUC-SP)

Reitora Maria Amalia Pie Abib Andery
Vice-Reitor Prof. Dr. Pedro Paulo Teixeira Manus
Pró-Reitor de Pós-Graduação Márcio Alves da Fonseca
Pró-Reitora de Graduação Alexandra Fogli Serpa Geraldini
Pró-Reitora de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão Marcia Flaire Pedroza
Pró-Reitora de Educação Continuada Profa. Dra. Altair Cadrobbi Pupo
Pró-Reitor de Cultura e Relações Comunitárias Antonio Carlos Malheiros
Chefe de Gabinete Mariangela Belfiore Wanderley

FACULDADE DE FILOSOFIA, COMUNICAÇÃO, LETRAS E ARTES (FACILA)

Diretora Angela Brambillia P. Lessa
Diretor Adjunto Cristiano Burmester
Chefe do Departamento de Comunicação Urbano Nobre Nojosa
Vice-chefe do Departamento de Comunicação Mii Saki Tanaka
Coordenador do Curso de Jornalismo Fabio Cypriano

EXPEDIENTE CONTRAPONTO

Editora Responsável Anna Flávia Feldmann
Editora assistente Ligia de Toledo Saicali
Fotografia Sarah Catherine Camara de Seles
Mídias Sociais Sabrina Alvares
Produção Raul Vitor

Editorias

Cidades Sarah Catherine Camara de Seles
Cultura Isabella Marinho dos Santos
Esportes Sofia Aguiar
Internacional Manuela Nicotero Pestana
Moda Guilherme de Beauharnais
Política Giovanna Colossi

Revisão Alexa Reichmann, Beatriz Aguiar, Gabriella Lopes, Giovanna Colossi, Isabela Mendes, Laura Mariano, Ligia de Toledo Saicali, Manuela Nicotero Pestana e Raul Vitor

Ombudsman Rute Pina

Foto da capa Angel Norris/Freeimages.com

Projeto e diagramação Alline Bullara

Contraponto é o jornal-laboratório do curso de Jornalismo da PUC-SP.

Rua Monte Alegre 984 – Perdizes
CEP 05014-901 – São Paulo-SP
Fone (11) 3670-8205

Ed. Número 127 – Março/Abril de 2021



Política

Os impactos da volta de Lula ao cenário político de 2022	4
Respeito não é privilégio, é direito	6
Escolas de São Paulo registram mais de 30 mortes por Covid-19 após um mês de retorno presencial	8
A bancada da bíblia e seus valores (nada) cristãos	10
Violência e intolerância: uma marca registrada do grupo Carrefour	11
O esquecimento da população carcerária brasileira frente à pandemia da Covid-19	12
Ante o fascismo genocida, há de ser primavera	14



Internacional

População de Mianmar resiste ao golpe de Estado em meio a 'apagão' de informações	16
Como a tradição monárquica é influenciada por tabloides britânicos	18
O agravamento da crise generalizada no Paraguai	20

Cultura e comportamento

As novas faces do aprendizado diante da Covid-19	21
Mulheres que escrevem: o ser e estar na literatura	22
Do físico ao digital: a influência dos streamings no comércio musical.....	24
Cinema x Streaming	25
Tribunal virtual: cancelamento como forma de justiça.....	26
Um álbum de uma só canção: a falta de diversidade na indústria da música	28
Os desafios das mulheres no mundo dos games	30
O que há por trás do sucesso de Torto Arado?.....	31
Novo álbum de LEALL traz inovação musical ao retratar a violência e desigualdade presente nas favelas.....	32



Esportes

365 dias de sonho vivo: atletas olímpicos mantêm a esperança em meio a um ano de incertezas.....	34
O embate entre o futebol e a crise sanitária da Covid-19 no Brasil.....	36

Os impactos da volta de Lula ao cenário político de 2022

Após anulação das condenações, ex-presidente é cotado para concorrer ao cargo máximo do Poder Executivo no Brasil

Por Eduarda Magalhães, Enrico Souto, Juca Oliveira e Laura Mariano

No dia 8 de março, o ministro do STF (Superior Tribunal Federal), Edson Fachin, determinou a anulação de todos os processos contra o ex-presidente Lula que tramitavam na 13ª Vara Federal da Justiça Federal de Curitiba. Sendo assim, as condenações que impediam Lula de concorrer aos cargos públicos não têm mais validade e o petista pode se candidatar nas eleições de 2022, o que pode alterar totalmente o xadrez político atual.

A decisão de Fachin teve embasamento num julgamento feito pela Segunda Turma da Corte, em setembro de 2020. O colegiado, na época, decidiu retirar da 13ª Vara Federal de Curitiba a ação penal contra os ex-senadores Romero Jucá (MDB-RR) e Valdir Raupp (MDB-RO) e redirecionar os casos à Justiça Federal de Brasília. A sentença do ministro se deu pois as acusações feitas pelo Ministério Público ao ex-presidente aconteceram no Distrito Federal – além de terem relação com a Odebrecht e JBS – e não diziam respeito apenas aos casos da Petrobras, julgados em Curitiba.

Em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, o ministro defendeu sua resolução monocrática, reforçando que não foi uma maneira de beneficiar Lula e enfatizou a imparcialidade do STF. “Por força dos princípios da isonomia e do juiz natural, deve-se garantir o mesmo tratamento e interpretação a todos os investigados em situação análoga [...]. Só assim, estará garantida a imparcialidade da atuação jurisdicional.” Além disso, Fachin explicou que a medida monocrática não precisaria ser levada à Segunda Turma do STF, responsável pelas ações da Lava Jato no Supremo. O argumento usado foi que, por ter embasamento na sentença da Segunda Turma da Corte, ele não precisaria levar o recurso da defesa de Lula para o colegiado.

O magistrado afirmou que a 13ª Vara já estava enfraquecida nos últimos anos. “São alguns anos de enfraquecimento das atribuições da 13ª Vara, distanciando-se progressivamente da definição inicial”, disse ao jornal *O Globo*. Ele acrescenta que “anular quatro processos por incompetência [a decisão de Fachin] é realidade bem diversa da declaração de suspeição, que pode ter efeitos gigantescos”.

Ainda assim, essa decisão monocrática tinha como objetivo a “salvação” de Sérgio Moro. Para Fachin, esse julgamento

era uma grande preocupação. A estratégia não deu muito certo. A Segunda Turma começou a discutir no dia 9 de março e concluiu na terça-feira, 23, o julgamento do habeas corpus pedido pelo ex-presidente Lula, tendo como resultado a parcialidade do ex-ministro da Justiça, no caso do triplex no Guarujá (SP).

Mas há uma segunda consequência da sentença de Fachin. Ao declarar a incompetência da 13ª Vara de Curitiba, as provas já produzidas e inseridas nos antigos processos não podem ser utilizadas pelo novo juiz competente, caso haja uma nova investigação. Isso porque, devido à suspeição de Moro, todas as provas que haviam sido produzidas na sua jurisdição não podem mais serem utilizadas pelo juiz do DF.

O desenrolar do caso Lula

Quando o ex-senador Delcídio Amaral (PT-MS) foi preso por obstruir as investigações do caso Petrobras, um acordo de delação premiada foi feito com os procuradores. Ele acusava Dilma Rousseff e Lula de tentar interferir no andamento das investigações da Lava Jato para proteger empreiteiros e amigos acusados de crimes. Esse foi o ponto inicial das investigações contra o ex-presidente.

Após algumas averiguações, o Ministério Público denunciou Luiz Inácio da Silva por lavagem de dinheiro e ocultação de patrimônio, juntamente com sua esposa, Marisa Letícia. Mais conhecido como o caso “tríplex do Guarujá”, no qual o ex-presidente foi condenado por

reservar e realizar uma reforma no apartamento, com o dinheiro de propina da empreiteira OAS. O Ministério alega que o contrato foi desfeito antes de ser divulgado, por isso o triplex nunca esteve em nome de Lula.

Após a condenação pelo juiz Sérgio Moro, a 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), confirmou a decisão. No ano de 2019, o caso foi para o Superior Tribunal de Justiça e manteve a condenação, entretanto, reduziu a pena que o ex-presidente teria que cumprir. Dessa maneira, no dia 7 de abril de 2018, o ex-presidente Lula foi preso.

No início de 2019, Luiz Inácio da Silva foi condenado também pelo caso do Sítio de Atibaia que, apesar de não ser dono, o ex-presidente e sua mulher eram os principais frequentadores. A juíza Gabriela Hardt afirmou que a reforma realizada no sítio em 2014 foi financiada pela OAS e que Lula foi informado do cronograma das obras realizadas pela Odebrecht, em seu benefício e da sua família. A defesa do ex-presidente argumentou que, por não haver provas materiais de que a reforma foi realizada com desvio de contratos da Petrobras, a decisão se baseou em um “caixa geral” de propina das empreiteiras.

Em 07 de novembro de 2019, o Supremo Tribunal Federal decidiu que proibiria a prisão imediata de indivíduos condenados em segunda instância. Assim, a defesa de Luiz Inácio pediu à Justiça que o soltasse por ter sido preso nessa circunstância (Lula já havia cumprido um sexto

© Ricardo Stuckert



Lula no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

da pena estipulada e a Lava Jato era contra a liberdade do mesmo). Quem acatou o pedido da defesa foi o juiz Danilo Pereira Júnior, responsável pela 12ª Vara Federal de Curitiba.

Segundo Pedro Serrano, doutor em Direito do Estado e professor da PUC-SP, em entrevista ao **Contraponto**, a Lava Jato foi o que levou a extrema direita ao poder, por impedir a candidatura de Lula em 2018, pois o reconhecimento se deu pelo próprio STF de que o ex-presidente foi impedido ilicitamente de concorrer à eleição. O professor completou sua fala dizendo que, seja pela decisão de Edson Fachin ou pela 2ª Turma da Corte, Luiz Inácio foi condenado ilegalmente.

A legitimidade da ação monocrática de Fachin também é um pilar discutido no caso. Para Pedro Serrano, a decisão do ministro foi técnica e sistematicamente condizente com a atuação do STF: “De qualquer forma, nós somos o único [país] que uma emenda pode ser barrada por um homem só. Isso é estruturalmente errado, ponto. Outra coisa é você considerar um processo penal como o de Lula que está sendo julgado pelo Supremo”.

Contudo, qual trajetória o processo de Lula tomará? A expectativa era de que ele seria encaminhado para o Ministério Público do Distrito Federal e a investigação tomaria seu curso de onde parou. As provas que foram colhidas em Curitiba seriam analisadas de novo para concluir se a condenação do ex-presidente continuaria ou não em vigor.

Entretanto, com a declaração feita pelo STF de que Sérgio Moro fora parcial na condenação do petista no caso do triplex de Guarujá, as provas produzidas durante a investigação, que agora também voltará à estaca zero, entram em desuso, o que afeta não só os casos que envolviam a medida monocrática feita em 8 de março, mas também todas as investigações da Lava-Jato que envolviam o ex-ministro e Lula de alguma forma.

A decisão unilateral de Fachin foi votada pelo plenário do STF, no último dia 15. Por oito votos a três, o recurso da Procuradoria Geral da República foi recusado. Sendo assim, há grandes chances dos processos contra o petista, ao recomeçarem em outra vara da Justiça Federal, prescreverem.

As possibilidades para as eleições de 2022

Suas declarações públicas, principalmente o discurso feito no Sindicato dos Metalúrgicos no dia 10 de março, apontam para uma investida direta do ex-presidente



© Sérgio Lima/Poder360

**Moro e Bolsonaro
acenam em
desfile militar**

sobre o bolsonarismo.

Apesar da conjuntura aparentemente otimista para Lula, é possível que, dependendo do seu discurso durante a campanha eleitoral e dos acordos políticos que fizer, ele não tenha seu caminho favorecido.

O doutor e cientista político Lucio Flávio de Almeida, entrevistado pelo **Contraponto**, diz que “no caso do Lula, se ele conseguir esse apoio muito grande das classes populares, pode ser que o pessoal que não quer ver nem o Bolsonaro e nem o Lula [no poder], nesse caso o Mercado, tente alguém do ‘centro’”. Sérgio Moro, Luciano Huck, João Dória e Ciro Gomes são possíveis apostas. Caso o centrão decida criar uma frente ampla para as próximas eleições, é plausível que dispute frente-a-frente com ambos em 2022.

Outra variável que deve ser levada em conta são as relações internacionais moldadas pelo governo Bolsonaro. Desde que assumiu o seu mandato, o presidente sempre se manteve muito próximo dos Estados Unidos e do governo Trump. Contudo, com a vitória de Biden nas eleições americanas de 2020, essa relação tende a se arranhar, o que favorece Lula.

O desgaste no relacionamento entre Brasil e China, agravado pelo negacionismo de Bolsonaro quanto à eficácia da Coronavac (vacina chinesa contra a Covid-19) é outro fator de impacto. Porém, esse conflito parece já estar tomando outras formas. Lúcio reiterou a demissão de Ernesto Araújo do Ministério das Relações Exteriores e o que isso pode significar para o futuro: “O Araújo [...] estava com os dias contados, foi destituído e colocaram alguém mais alinhado com a tradição diplomática do Brasil, o que significa se aproximar da China”.

Essa decisão faz parte de uma reação

em cadeia que se iniciou desde que Lula passou a denunciar as ações negacionistas de Bolsonaro, que respondeu com uma evidente mudança de posicionamento quanto à importação de vacinas oriundas da China, por exemplo.

Luiz Inácio Lula da Silva chega para o contexto político de 2022 depois de sua soltura como um forte candidato a fazer oposição ao bolsonarismo. Porém, ao mesmo tempo que chega com tal relevância, o ex-presidente pode causar dúvidas no eleitorado progressista sobre ser, ou não, o principal nome dos esquerda para comandar o Brasil, conforme explica Pedro Serrano e Lucio Almeida.

Em um momento tão importante como a eleição do próximo ano, com a oportunidade de renovar a faixa presidencial, é evidente a necessidade da esquerda formar uma frente ampla e ter mais força contra a oposição.

Para Lúcio, em 2022 temos a possibilidade do seguinte cenário: a extrema direita tentando a reeleição a qualquer custo, com uma narrativa que já foi vista em 2018, atacando o PT em seus discursos; um “centrão” que, apesar de ter um grande poder no Legislativo e fortes alianças, há um certo tempo não ascende ao Poder Executivo e, provavelmente, irá culminar numa frente ampla para aumentar as chances de vencer a eleição para o lado que for mais conveniente. Por último, uma esquerda que, na opinião de muitos críticos, precisa se reinventar e se unir, melhorando a proximidade com o seu principal eleitor: o povo trabalhador.

É importante destacar que ainda se trata de um ambiente de polarização e que falta um ano e meio para o fim deste governo. Ou seja, um longo período para Bolsonaro agir a favor de si mesmo ou se prejudicar ainda mais.

Respeito não é privilégio, é direito

Criação de políticas e redes de apoio dentro das empresas para combater o assédio no ambiente corporativo é uma realidade que precisa ser concretizada

Por Patrícia Mamede e Victoria Mercês

Ocupado ainda em sua maioria por homens, o ambiente corporativo é um local que reforça e perpetua o machismo e o sistema patriarcal da sociedade, tornando-se muitas vezes, um local conveniente para que o assédio sofrido pelas mulheres se mantenha.

Existem três tipos de assédio: moral, que se dá pela exposição, humilhação e/ou constrangimento repetitivo e prolongado; psicológico, que se dá através do bullying e abuso emocional; e por fim, o sexual, que é derivado de condutas baseadas na prática sexual não consentida.

Embora todas as mulheres possam estar sujeitas a tais violações, estas ocorrem em maior frequência com mulheres que assumem cargos tidos como inferiores nas empresas, como as assistentes, as quais estão sempre sujeitas as demandas de seus superiores.

Segundo o site *Think Eva*, que reportou as situações de assédio por uma análise estatística, 52% das mulheres que são assediadas sexualmente dentro das empresas são negras; o que prova que o assédio está intrinsecamente ligado à questão racial e econômica das vítimas. O assédio sexual sempre fez parte da realidade da mulher. Segundo a pesquisa pelo menos 47% das mulheres já foram assediadas no trabalho.

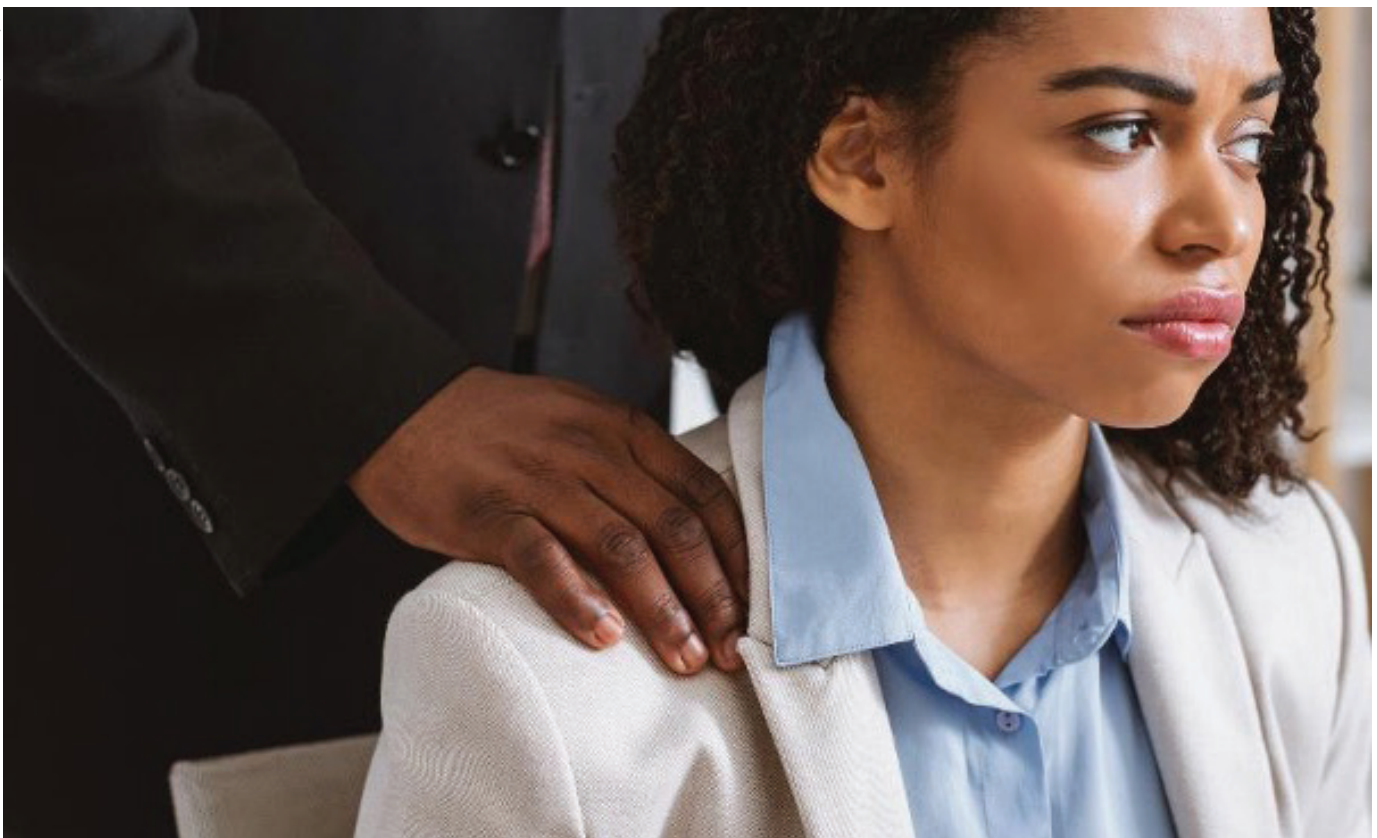
É importante dizer que inúmeras vítimas não reportam o crime muitas vezes por medo, vergonha ou até mesmo por se sentirem responsáveis e culpadas de alguma forma pelo que aconteceu, portanto é difícil estimar um número exato para o assédio.

Como ratificou Yasmin Moraes, colunista da revista *Toda Teen* e criadora de conteúdo da página *Vulva Negra*, “Quando nós adentramos a esfera trabalhista, nenhuma hierarquia de poder que vigora na sociedade, é estagnada. Todas elas permanecem”. Exemplificando, dessa forma, a situação da mulher negra, que sempre teve seu corpo hipersexualizado e diminuído perante a sociedade.

Apesar da nova maneira de trabalho em *home office*, imposta pela pandemia da Covid-19, as mulheres que ocupam os ambientes corporativos ainda se sentem inseguras, mesmo no formato remoto. Durante o isolamento social, o *LinkedIn* reportou um aumento de 55% das situações de assédio no ambiente *online*, estatística que impressiona ao tornar perceptível a ausência de um local em que as mulheres se sintam tranquilas.

Só em 2001, pela lei 10.224, art. 216-A, o assédio sexual foi decretado como crime, podendo levar de um a dois anos de

© Reprodução



Assédio
sexual vai
além do
contato físico



© Reprodução Jack Gruber, USA TODAY

Manifestantes se opõem ao candidato à Suprema Corte Brett Kavanaugh em marcha para a Suprema Corte em Washington, EUA, 4 de outubro de 2018

prisão. Mas a violência acontece desde muito antes, já que homens sempre se veem no direito de exercer uma posição de poder e controle sobre os corpos femininos. Toda a sociedade se torna conivente ao naturalizar a violência de gênero, que, segundo Tarana Burke, fundadora do movimento **#MeToo** (#EuTambém), não será suprimida com a coragem somente das mulheres, mas sim, da humanidade.

O movimento **#MeToo** ganhou força através da atriz Alyssa Milano ao pedir para que todas as pessoas que já foram vítimas de assédio sexual utilizassem a *hashtag* como uma maneira de quebrar o silêncio. O movimento viralizou globalmente, e segundo o jornal *The New York Times*, mais de duzentos homens influentes perderam seu cargo por más condutas sexuais, incluindo Harvey Weinstein, um dos homens mais poderosos de Hollywood.

Os assédios sexuais podem ser classificados por intimidação, que é quando o assediador não ameaça a vítima, mas reproduz atitudes desagradáveis e impertinentes as quais podem constranger, intimidar ou confundir-la. Também pode acontecer por chantagem, que é quando o mesmo ameaça prejudicar a carreira da vítima de alguma forma ou tenta impor

uma conduta sexual prometendo benefícios, como um aumento salarial ou uma promoção de cargo, no caso dos ambientes empresariais.

Em 1986, um pesquisador da Universidade da Califórnia, em Los Angeles (UCLA), Neil Malamuth relatou que 30% dos alunos de uma universidade afirmaram que cometeriam um estupro caso tivessem a certeza de que sairiam impunes do crime. Isto perdura até hoje, já que o silenciamento é a principal forma de controle que o assediador tem sobre a vítima, naturalizando, desse modo, a barbárie de tal violação. Yasmim Morais explica: “as pessoas que praticam o abuso sabem que têm o aval social, da hierarquia racial e do patriarcado para realizarem essas ações e não serem punidas.”

O assédio torna o ambiente de trabalho agressivo para a mulher, atrapalhando sua carreira e seu desempenho, tanto pessoal quanto profissional. Vivenciar uma situação de abuso acarreta no sentimento de insegurança da vítima, que tende a se sentir desprotegida, desconfiada e desconfortável em um ambiente que deveria assegurá-la.

As medidas que algumas empresas já estão tomando é a criação de um ambiente

onde as vítimas de assédio possam denunciar o crime com segurança, contando com o apoio de pessoas encarregadas de direcioná-las a identificar o abuso, bem como, quais seriam os próximos passos a serem tomados diante do processo.

O assédio sexual pode deixar marcas profundas como: estresse pós-traumático, ansiedade, perda de autoestima, depressão, perturbações da memória e do sono, irritabilidade, podendo até, em alguns casos, conduzir ao suicídio. Não é porque a violação dos corpos das mulheres é algo recorrente que a sociedade deve tratar o crime com naturalidade. A misoginia faz parte da cultura, deste modo é preciso combatê-la diariamente.

“Nós sabemos que na sociedade o sexo masculino é o sexo que mais lucra, é o sexo que mais detém tanto poder financeiro, quanto propriedades em seu nome, então as mulheres sempre estão, de um modo ou de outro, vinculadas financeiramente ao sexo masculino. Seja por conta de um casamento ou de uma relação entre pai e filha ou por um vínculo empregatício”, coloca Morais. A colunista finaliza: “Busque apoio psicológico, familiar e financeiro. Busque provas e testemunhas. Construa a sua narrativa e realize a sua denúncia”.

Escolas de São Paulo registram mais de 30 mortes por Covid-19 após um mês de retorno presencial

Aulas voltaram a ser suspensas e governo do Estado anuncia data de vacinação para professores

Por Andre Nunes, Julia Lourenço, Luiza Fernandes, Tábata Santos e Yasmin Marchiori

Com o retorno das aulas presenciais em fevereiro, o número de alunos, professores e funcionários infectados pela Covid-19 ultrapassou a marca de dois mil casos um mês depois. O total de mortes no mesmo período chegou a 33, sendo 19 delas de funcionários. Após aumento acelerado de contaminações em todo Estado as aulas voltaram a ser suspensas.

Em 16 de março de 2020, quando o País registrava poucos mais de 100 casos da doença, o Governo do Estado de São Paulo decretou suspensão gradual das atividades escolares, de instituições públicas e privadas, chegando ao cancelamento total no dia 23 do mesmo mês. A partir de então, as escolas particulares puderam optar pela forma de conduzir o ensino remoto, que tiveram início logo após a suspensão, enquanto a rede pública estadual retornou apenas em 27 de abril através do aplicativo Centro de Mídias de São Paulo.

Após 11 meses de aulas a distância, o governador João Dória (PSDB), anunciou o retorno presencial para 8 de fevereiro de 2021 nas escolas estaduais. Para as instituições privadas a data era dia 15 do mesmo mês. Todas deveriam seguir o Plano São Paulo, criado pelo Centro de Contingência do estado, que determina até 35%

da capacidade total quando a região estiver nas fases vermelha e laranja e até 70% na fase amarela. Cerca de 3,3 milhões de alunos retomaram às atividades na data prevista, em mais de cinco mil escolas estaduais, de acordo com o governo.

Mesmo com retomada gradual em esquema de rodízio e de forma híbrida, com alternância entre ensino virtual e presencial, as aulas voltaram a ser suspensas pouco mais de um mês depois, no dia 11 de março, após acelerado crescimento do número de infectados no estado.

O vai e vem do retorno presencial

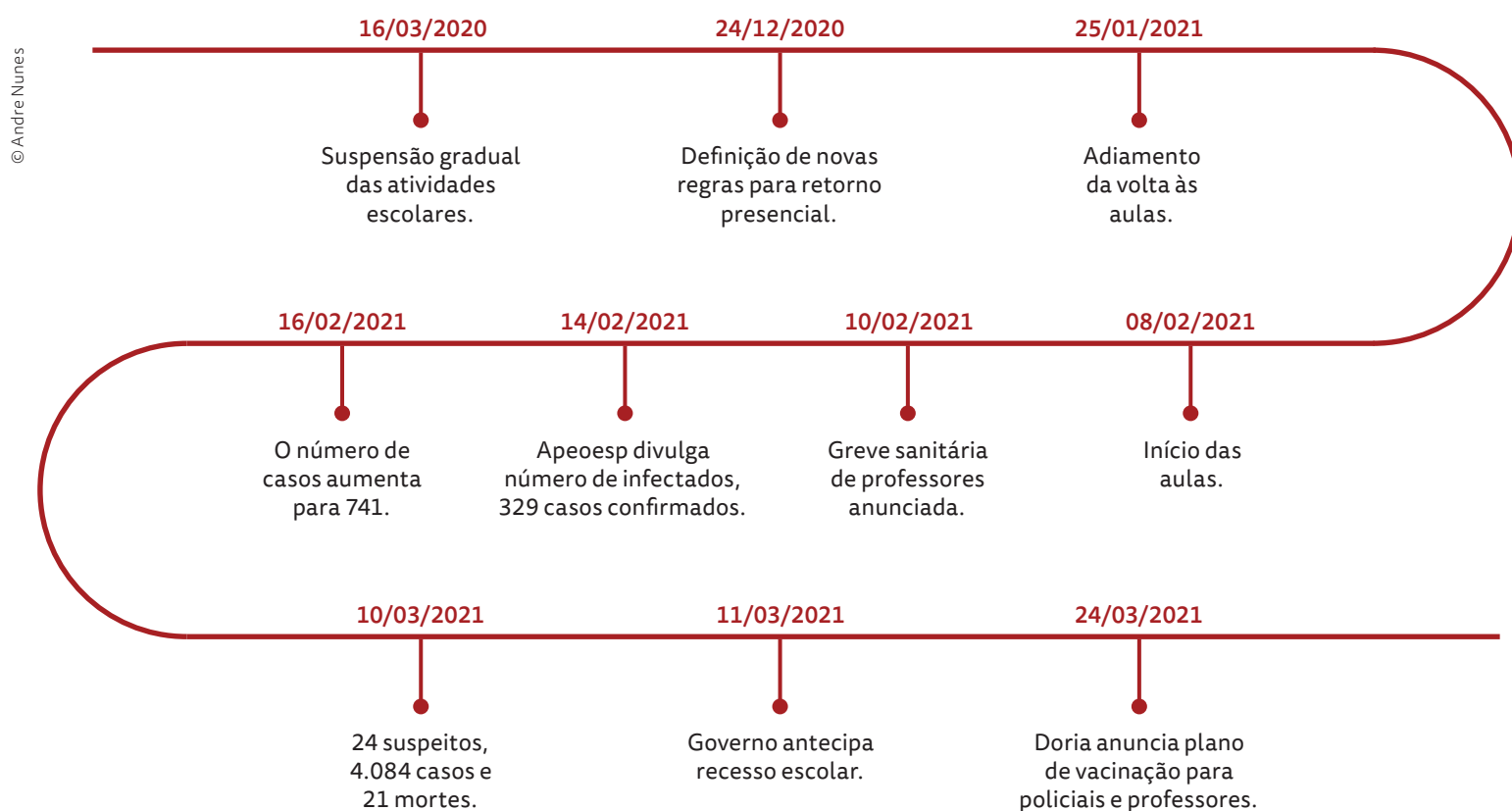
Em junho de 2020, o governador de São Paulo anunciou a primeira proposta para o retorno às aulas presenciais, combinadas ao ensino remoto. Uma das condições para a retomada era de que a cidade deveria estar a mais de 28 dias na fase amarela. O anúncio foi duramente criticado pelos sindicatos da categoria, por pais e professores, que afirmavam não enxergar condições para retorno às aulas com a marca de 50 mil mortos por Covid-19. Outra preocupação era com o cumprimento das medidas sanitárias, tendo em vista as condições precárias de muitas escolas.

O debate sobre o retorno das aulas foi então transferido para a esfera municipal. Dória alegou que respeitava a autonomia

das prefeituras para que decidissem sobre a abertura ou não das escolas e em quais circunstâncias. O resultado foi: decisões diferentes de cada município, o que dificultou o mapeamento das consequências da retomada das aulas.

Na capital paulista, por exemplo, o prefeito Bruno Covas (PSDB) anunciou a reabertura apenas para a realização de atividades extracurriculares a partir de 7 de outubro, desde que obedecessem a capacidade máxima de 20% do total de alunos. O retorno, porém, não era obrigatório e ficava a critério das instituições e das famílias. Em novembro, menos de um mês após o início da abertura gradual, a alta de casos e internações em todo o Estado de São Paulo fez com que Covas fechasse novamente as escolas.

Na véspera de Natal, o governo estadual definiu novas regras para as aulas presenciais, previstas para iniciar no dia primeiro de fevereiro de 2021. As escolas da educação básica, que atendem alunos da educação infantil até o ensino médio, poderiam receber diariamente até 35% dos alunos matriculados nas fases vermelha e laranja; na fase amarela, o percentual subia para 70% e a fase verde permitia 100% dos estudantes. Já as instituições de ensino superior poderiam reabrir apenas na fase amarela, com até





Professores protestaram em frente a prefeitura de São Paulo contra volta às aulas sem segurança

35% das matrículas e, na fase verde, com até 70%. Nas fases vermelha e laranja, apenas cursos de área da saúde poderiam ter aulas presenciais.

Em coletiva de imprensa realizada no dia 25 de janeiro, Dória adiou a volta para o dia 8 de fevereiro. Em resposta, o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) sinalizou uma possível greve a partir desse dia, sob a justificativa de que colocaria em risco a saúde dos profissionais e das crianças, além de expor os familiares ao vírus. As aulas tiveram retorno na data prevista e a greve foi anunciada dois dias depois, com baixa adesão.

Apenas uma semana após a reabertura, em 14 de fevereiro, a Apeoesp emitiu nota sobre o aumento no número de infectados na comunidade escolar, chegando a 329 casos confirmados da doença em mais de 180 escolas do Estado. Dois dias depois, o número havia saltado para 741 infecções e, no dia 25, mais de 1.045 estudantes, professores e trabalhadores da educação testaram positivo para a Covid-19.

Em março, quando o número de casos suspeitos passava dos 24 mil, entre escolas públicas e privadas, Dória decretou recesso escolar para conter o avanço da pandemia, com retorno previsto para o dia 28, o que não se concretizou.

Saline Santos, professora de sociologia da rede pública estadual, voltou a trabalhar presencialmente por um mês e afirma que, as turmas estavam vazias, com cerca de cinco alunos por sala.

“Apesar do número reduzido de estudantes, alguns insistiam em retirar a máscara para se alimentar durante a aula; outros a utilizavam de forma incorreta, deixando o nariz descoberto”.

Já para Cláudia Prisco, professora do ensino infantil, em geral os alunos se mostraram conscientes da importância de seguir os protocolos. Entretanto, na educação infantil, passar horas de máscara e afastados uns dos outros é um desafio para quem precisa mais de acolhimento. Prisco diz ainda que alunos com menos idade estão passando pelo processo de readaptação e que muitos deles choram, tornando difícil manter a distância segura para evitar a contaminação.

Em nota, a Apeoesp afirmou que a decisão de suspender as aulas é favorável a ação movida pelo sindicato e outras entidades de educação. “Estamos há mais de um mês em greve. Essa é uma verdadeira conquista do nosso sindicato, da nossa categoria, das demais entidades, de todos que valorizam a vida e que combateram e combatem a política irresponsável que vem sendo praticada pelo secretário estadual da Educação. Nós vamos continuar vigilantes até o final”, afirma a deputada professora Babel, presidente da Apeoesp.

No último dia 24, o governador de São Paulo anunciou para o dia 12 de abril o início da vacinação para professores da educação básica, de escolas estaduais, municipais e particulares de todo o estado, desde que profissional se encaixe na faixa etária de 47 anos ou mais.

A desigualdade socioeconômica escancarada pelo retorno escolar

O retorno trouxe à tona as diferenças entre escolas públicas e privadas da capital. No primeiro momento de retorno para atividades extracurriculares definido por Covas, em outubro de 2020, apenas uma escola das quase quatro mil da rede pública municipal anunciou que abriria na data sugerida pelo prefeito. Em contrapartida, grande parte das escolas particulares abriram e puderam seguir as restrições e medidas impostas pela prefeitura.

As condições socioeconômicas das crianças que frequentam as Escolas Públicas do Estado de São Paulo exercem influência direta no que diz respeito a protocolos estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Segundo o IBGE, o Brasil conta atualmente com cerca de 13 milhões de pessoas em extrema pobreza, aquelas que, de acordo com o Banco Mundial, vivem com até R\$151 por mês. E quase 52 milhões na pobreza, com renda de até R\$ 436 por mês. Além disso, são 77 milhões de pessoas inscritas no Cadastro Único, via de acesso aos benefícios sociais, e 41 milhões de pessoas recebem o Bolsa Família. O país ainda tem 41 milhões de trabalhadores informais.

Um estudo realizado pelo APEOESP, em parceria com o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e o Departamento Inter-sindical de Estatísticas e Estudo Socioeconômicos (Dieese) revelou que 93,4% das unidades escolares no Estado de São Paulo teriam de ser adequadas para seguir o distanciamento mínimo de 1,5 m entre os alunos, recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

A partir desta realidade, a completa falta de condições financeiras e a dificuldade para filtrar informações que instruem na prevenção correta contra o coronavírus, somada infraestrutura inadequada das escolas públicas, a disseminação do vírus se mostrou mais acelerada nas escolas do estado. Desta forma, torna-se inviável que esses ambientes proporcionem um local seguro para abrigar crianças, professores e colaboradores.

A bancada da bíblia e seus valores (nada) cristãos

Com discursos conversadores em defesa da família, políticos se tornam figuras religiosas e vice-versa

Por Isabela Gama, Larissa Soler e Leonardo Matias Duarte

Política e Religião são dois termos que sempre estiveram lado a lado na história. No Brasil, essa ligação é vista desde sua colonização, com a catequização dos indígenas pela Companhia de Jesus, até o contexto democrático, com a influência significativa da ala religiosa dentro do atual Governo Federal. Com o passar dos anos, uma discussão relevante ganha ainda mais força na sociedade: o quanto o envolvimento da religião na política atrapalha o desenvolvimento da democracia, haja vista que os benefícios são cada vez mais raros e os malefícios mais recorrentes.

Assim como no passado, na História recente do país vemos casos tanto de líderes religiosos entrando no meio político, quanto de políticos usando a religião para angariar votos e impulsionar suas candidaturas. Um capítulo novo está sendo escrito com a ascensão dos protestantes (que representam cerca de um terço da população brasileira) no ambiente político. Segundo o site *Congresso em Foco*, os evangélicos são o equivalente a 20% do Congresso Nacional, contando com 105 deputados e 15 senadores.

No Legislativo, essa frente se une com os católicos na chamada Bancada da Bíblia, que tem como intuito a defesa dos valores e da imagem da família segundo os dogmas cristãos e, dessa maneira, atuam aprovando projetos conservadores e se organizando para barrar iniciativas que afrontem esse ideário tais como os direitos LGBTQIA+, as reivindicações feministas e o movimento antirracista. Com essa fusão, o dilema da laicidade do Estado vem à tona junto ao medo de uma mistura entre religião e Estado que culminaria em uma situação na qual não seria mais possível separá-los, com uma comunidade religiosa forçando suas crenças e suas morais sobre os demais segmentos da sociedade.

O Governo Federal chefiado por Jair Bolsonaro, político declaradamente cristão, e que, muitas vezes, toma decisões pautadas em dogmas religiosos, ganhou um enorme aliado nessa Bancada da Bíblia. Contudo, levando em conta que, em boa parte do tempo, os parlamentares dessa frente dedicam esforços em garantir alvarás de templos, isenção de impostos e perdão de dívidas de suas igrejas – como ocorreu em 17 de março com aval do presidente – não só na parte ideológica acordos



Padre Robson de Oliveira no palco em meio a fiéis

são feitos, mas também há uma troca de favores entre os interesses dessa ala religiosa e seu apoio ao governo, dentro e fora do âmbito político.

Muitos representantes religiosos viraram capa dos principais jornais do país, em casos que contradizem o que é pregado pelos mesmos e utilizado durante a campanhas eleitorais, tal qual o da deputada e pastora Flordelis. Apesar de sempre ter utilizado dos valores da família como impulso eleitoral, hoje ela é acusada de ser a mandante do assassinato de seu marido, pastor Anderson do Carmo, ocorrido em 2019. A parlamentar cumpre prisão domiciliar com o uso de tornozeleira eletrônica e, enquanto aguarda seu julgamento, se encontra afastada de seu cargo, respondendo um processo no conselho de ética, que pode cassar seu mandato. Além disso, o Instituto Flordelis de Apoio ao Menor, fundado em 2007 para atender crianças e adolescentes entre 8 e 18 anos, é alvo de uma investigação por desvios de verbas da Prefeitura de São Gonçalo (RJ).

Outro nome de destaque é o do pastor e ex-prefeito do Rio de Janeiro Marcelo Crivella, que é investigado por lavagem de dinheiro público através da Igreja Universal do Reino de Deus. Segundo o Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro, a instituição

© Mauri Melo

movimentou, de forma atípica, cerca de 5,9 bilhões de reais, entre maio de 2018 e abril de 2019. O ex-prefeito também foi preso nove dias antes de entregar o cargo, em 2020, quando o MP obteve provas da existência de um “QG da propina”, esquema interno da prefeitura carioca no qual empresários pagavam para ter acesso a contratos e para receber valores que eram devidos pela gestão municipal.

Por outro lado, os casos de líderes religiosos que, na esfera civil, usam de sua posição para influenciar em questões políticas também estão presentes na sociedade brasileira, como por exemplo, o padre Robson de Oliveira. Atualmente, ele é investigado pelo Ministério Público de Goiás, pelo desvio do dinheiro doado por fiéis, para a construção de um novo santuário do Divino Pai Eterno, em Trindade (GO), cidade na qual tinha grande influência, ajudando a decidir disputas em pleitos municipais e estaduais. Em época de eleições era comum as missas celebradas por Robson estarem presentes na agenda dos candidatos, ainda mais se ocorressem durante a festa do Divino Rei, que chega a atrair quase três milhões de fiéis. Além da participação de políticos em suas celebrações, o padre era constantemente consultado para indicações de cargos no governo goiano. Em áudios vazados envolvendo o sacerdote, Robson diz ao seu advogado a respeito de um dirigente da Associação Filhos do Pai Eterno (Afipe): “Se o senhor pudesse matar ele para mim, eu achava uma benção”.



Presidente Jair Bolsonaro sendo abençoado

© Sérgio Lima/Poder360

Violência e intolerância: uma marca registrada do grupo Carrefour

Parte do treinamento de seguranças, a violência e o racismo sistemático da rede de supermercado têm revoltado a sociedade

Por Ana Karolina Reis, Ana Kézia Carvalho e Inara Novaes

Em 19 de novembro de 2020, o Brasil se mobilizou contra um caso de racismo em uma das filiais do mercado Carrefour, na véspera do Dia da Consciência Negra. João Alberto Silveira Freitas, de 40 anos, foi espancado e asfixiado até a morte por dois seguranças em uma loja da rede em Porto Alegre. Testemunhas no local relataram que as agressões começaram após um desentendimento da vítima com uma funcionária. Os agressores foram autuados em flagrante por homicídio qualificado e a rede de supermercados rompeu o contrato com a empresa responsável, a Vector Segurança.

Em repúdio ao ocorrido, uma onda de protestos se alastrou pelo Brasil e manifestantes foram às ruas exigir justiça pela vítima. Entre esses protestantes estava Regina Ritzel Ferreira, de 37 anos. Em 2018, dois anos antes da morte de João Alberto, a publicitária fazia compras no hipermercado Carrefour, em Porto Alegre, quando seu celular tocou. Regina atendeu a ligação, passou pelo caixa e pegou a nota comprovando o pagamento das compras. No estacionamento, ela foi abordada por seguranças que a levaram para uma salinha dentro da loja, junto de sua filha. No cômodo, Regina foi obrigada a ficar seminua na frente dos funcionários do estabelecimento. Ela foi acusada de ter furtado um produto enquanto fazia compras. Toda a ação foi filmada com o celular de um cliente que estava presente no local.

Em entrevista ao **Contraponto**, a publicitária comentou que casos semelhantes ao dela não são incidentes isolados: “eu moro em frente ao Carrefour no qual fui acusada de furto. O *modus operandi* continua o mesmo. Entra uma pessoa negra na loja e logo ela vira suspeita”. Em nota, a rede de supermercados já declarou repudiar qualquer tipo de intolerância e discriminação. Entretanto, um extenso histórico de racismo e descaso veio à tona após o espancamento e morte de João Alberto.

Cliente negro recebe mata leão em loja Carrefour

Luis Carlos Gomes é uma pessoa com deficiência e foi agredido no dia 20 de outubro de 2018, em uma unidade do Carrefour localizada em São Bernardo do Campo, ABC Paulista. Ao abrir uma lata de cerveja dentro da loja, o homem foi agredido e perseguido pelo gerente e pelo segurança, mesmo após alegar que pagaria pelo produto. A vítima foi levada à força para o banheiro do estabelecimento e em seguida

recebeu um mata leão na esteira do supermercado. Toda a ação foi gravada por câmeras de monitoramento. A vítima sofreu um acidente durante as agressões, teve múltiplas fraturas e sequelas após a realização de uma cirurgia. Em nota divulgada à imprensa, a rede de supermercados alegou que colaborou com as investigações e que os funcionários envolvidos foram desligados da empresa. Luis acusa o Carrefour de racismo e discriminação, e pede indenização de R\$200 mil.

Agressão em estacionamento e acusação equivocada

Em agosto de 2009, Januário Alves de Santana, 39, foi agredido em uma unidade do grupo Carrefour em Osasco. O homem foi encurralado no estacionamento da loja após ser confundido com um ladrão e acusado de roubar o próprio carro, um EcoSport. A vítima alega que foi espancado por um segurança armado que não possuía uniforme ou identificação. O Carrefour pagou indenização à vítima e disse que “foi possível transformar mal-entendido e falhas em oportunidade de aprendizado”.

Funcionário sofre ataque cardíaco e tem corpo coberto por guarda-sóis

O descaso e desrespeito pela vida também ocorreu com os próprios funcionários da rede Carrefour. Em 14 de agosto de 2020, o funcionário Moisés Santos, de 59 anos, sofreu um mal súbito e morreu enquanto trabalhava como representante de vendas em uma filial do Carrefour localizada em Recife. Imediatamente o corpo foi escondido e camuflado entre guarda-sóis e a loja continuou funcionando normalmente. Apesar de ter falecido por volta das 8 horas da manhã, o corpo somente foi retirado ao meio dia.

Entre a morte de João Alberto e o espancamento de Januário são 11 anos de violações que estendem-se para além do racismo

Em 2019, uma pesquisa feita pela Oxfam Brasil revelou que as frutas comercializadas pelo Carrefour são produzidas mediante sofrimento humano. No mesmo ano, uma investigação da Repórter



Manifestações se intensificaram em frente a unidade do Carrefour, em São José dos Campos

Brasil apontou a compra de carnes que possuíam, entre os seus fornecedores, pecuaristas flagrados usando mão de obra análoga à escravidão. Em seguida, a rede de supermercados suspendeu as compras com o frigorífico e emitiu, em nota, repúdio a qualquer tipo de violação dos direitos humanos. No Brasil, quatro em cada cinco pessoas resgatadas de situações análogas à escravidão são negras: trabalho escravo e racismo se entrelaçam.

Embora a lista de ocorrências do grupo seja extensa, as vendas do Carrefour cresceram 20% e o lucro líquido mais que dobrou, de 1,3 bilhão para 2,8 bilhões, em 2020, ano em que João Alberto foi assassinado. Na época, a multinacional anunciou a criação de um fundo no valor de 25 milhões para combater o racismo. De acordo com Regina, atitudes como essas não se mostram satisfatórias e são usadas apenas para reconstruir a imagem da empresa. “Este fundo tem que ser usado para fomentar projetos dentro de comunidades para crianças e adolescentes negros. Projetos efetivos, que sejam voltados para a educação. Precisamos diminuir drasticamente esse abismo social. João Alberto foi assassinado por ser um homem negro, o mesmo tratamento seria dispensado para um homem branco de terno e gravata?”

Quando questionada sobre quais atitudes o Carrefour adotou para reparar o ocorrido em 2018, a publicitária informou que o processo ainda está em andamento. Segundo o jornal *Diário do Poder*, em setembro de 2019, o Carrefour foi condenado a pagar indenização de 35 mil reais à vítima e às filhas que a assistiram ser constrangida.

Para não desembolsar o valor, a rede preferiu recorrer da decisão.

© Reprodução/Jovem Pan

O esquecimento da população carcerária brasileira frente à pandemia da Covid-19

Até março de 2021, 154 detentos e 139 agentes carcerários morreram no interior dos presídios

Por Ana Carolina Coelho, Bárbara Barbosa, Laura de Oliveira e Tábata Pereira

O sistema penitenciário brasileiro é um dos mais precários no mundo. Com um número de detentos nas celas que ultrapassa a capacidade máxima e falta de acesso a produtos básicos de higiene, a pandemia da COVID-19 chegou como mais um fator de violência, não atingindo somente os presos, mas também os servidores. Segundo dados do CNJ (Conselho de Justiça Nacional), instituição que monitora e divulga boletins semanais contabilizando os presos que morreram ou foram contaminados pelo vírus, o número de óbitos cresceu 190% desde o início da pandemia.

O último boletim divulgado no dia 24 de março, aponta que 154 detentos e 139 servidores do sistema prisional morreram no interior dos presídios no Brasil, porém, segundo o Assessor Jurídico da Pastoral Carcerária Nacional, Lucas Gonçalves, o número está muito aquém da realidade.

“São números que possuem falhas metodológicas. Não foi realizado a testagem em massa das pessoas. Até junho do ano passado menos de 2% da população prisional tinha sido testada, [...] o Estado se recusou a testar as pessoas presas e adotaram a metodologia de testar apenas as pessoas que apresentaram sintomas, ou seja, havia pessoas que não apresentaram sintomas e provavelmente não foram contabilizados nos relatórios”.

Gonçalves relata que o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro detectou várias mortes no estado sem a especificação da causa ou então com uma divergência ou negação em reconhecer a Covid como suposta causadora da morte. Os óbitos dos presos pelo Coronavírus fora da cela, ou seja, em hospitais, também não foram quantificados nos relatórios.

Com o agravamento da pandemia, a escassez e a indiferença do Estado perante o sistema carcerário ficaram ainda mais nítidas. As famílias foram proibidas de visitar seus familiares e, desta forma, não puderam enviar produtos de higiene básica tão essenciais nesse momento; nem mesmo os agentes tiveram acesso a instrumentos necessários para a prevenção.

Para Lucas, “o governo federal se recusou de todas as formas possíveis a adotar medidas efetivas de prevenção e combate à pandemia. O Estado se recusou a fornecer equipamento de proteção individual, e se recusou a fornecer medidas desencarceradoras. A única medida que o Estado adotou na grande maioria das prisões do Brasil foi a suspensão das visitas familiares, de agentes pastorais [...] manteve os servidores entrando e saindo das prisões, manteve eles sem equipamento de proteção, manteve pessoas presas se deslocando mediante transferências entre unidades prisionais e

isso acabou agravando ainda mais o risco de contaminação [...]”.

O Brasil, com a terceira maior população carcerária no mundo, possui um sistema marcado por práticas de violações aos direitos humanos. Algumas das experiências de Thiago Wenz, ex-detento do Centro de Detenção Preventiva Álvaro de Carvalho, traz de forma explícita a falta de medidas de contenção do coronavírus dentro das casas de detenção. O ex-presidiário conta que os carcereiros não relataram aos detentos sobre os riscos do vírus no início da pandemia e que a omissão de informações é, por muitas vezes, utilizada contra os presos.

Segundo Thiago, o vírus possivelmente foi espalhado dentro da penitenciária por meio dos servidores e pelo sistema de abastecimento do presídio que, por sua vez, não respeitavam os protocolos de prevenção do vírus. Alguns detentos que foram infectados pela Covid-19 foram testados e direcionados para a solitária durante um período de 15 dias sem receber acompanhamento médico. “Tal ocasião acontecia por conta da superlotação da enfermaria e para frear a disseminação da epidemia no local”, relata Thiago.

Sendo assim, a Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) criou alternativas de segurança para que as pessoas privadas de liberdade e seus familiares pudessem manter o vínculo afetivo sem que a contaminação viral aumentasse, visando também diminuir a letalidade decorrente dela em São Paulo.

A SAP implementou novas regras nos presídios do estado: na primeira fase, as correspondências entre detentos(as) e familiares deu-se por meio de formulário eletrônico, onde o familiar escrevia uma carta e recebia a resposta por e-mail. Na segunda fase, as visitas presenciais que estavam suspensas até então tornaram-se virtuais. Para funcionar, o familiar agenda um horário aos finais de semana para, a cada 15 dias, conseguir realizar uma videochamada com duração de 5 minutos com o reeducando(a).

Gabriela de Souza Santos visitava o marido na Penitenciária de Serra Azul, no interior de São Paulo e contou detalhes de como foi este período na prática. Segundo ela, o procedimento das cartas virtuais é eficaz, apesar da demora para ter um retorno. Quando questionada sobre as visitas virtuais, Gabriela foi enfática: “Não tenho boas experiências com as visitas virtuais, a imagem é ruim, as vezes não conseguimos acessar ou o agente penitenciário não atende a chamada, então temos



O governo de El Salvador divulgou imagens de presos em fileiras, com apenas alguns deles usando máscaras

que aguardar mais quinze dias para tentar de novo. Em uma das vezes não havia imagem, eu só conseguia ouvir a voz do meu marido". Posteriormente, em novembro de 2020, as penitenciárias do estado interromperam o contato online e retomaram o presencial.

Os canais da SAP divulgaram uma série de normas de segurança a serem seguidas: só poderão entrar visitantes de 18 a 59 anos, sendo proibido crianças, idosos, gestantes e pessoas com sintomas gripais. Todos os visitantes deverão usar máscaras e, logo na entrada dos presídios, terão medidas a temperatura e saturação de oxigênio. Além disso, será proibida a entrada de objetos tais como bolsas, mochilas, sacolas e similares; comida, itens de higiene e roupas.

Gabriela contou como eram os encontros na prática: "As visitas presenciais não eram seguras. Para entrar, ficávamos em filas enormes sem distanciamento, não tinha álcool em gel disponível e nem todo mundo ficava de máscara. Tínhamos que assinar um protocolo com as regras, mas nada que estava escrito era seguido. A temperatura não era medida. É nítido que os funcionários só se importam com a segurança deles, os presidiários são tratados como lixo e as famílias são julgadas igualmente, por coisas que não fizemos".

Sobre a saúde dos detentos e como a pandemia foi tratada no dia a dia do cárcere, ela narra o que aconteceu com o marido: "No início da pandemia o meu marido foi infectado e eu soube através de uma carta que ele me enviou. Eu falei com a assistente social da penitenciária por telefone, e ela não sabia me dar nenhuma informação, a única coisa que ela disse é que tinham muitos presos com Covid-19 lá dentro. Meu marido relatou que teve muita febre e não teve atendimento médico, os agentes deram uma dipirona para ele. Não foi realizado nenhum teste de Covid-19 nos presídios. Eles são presos, mas são seres humanos, o sistema penitenciário é um descaso total."

Gabriela também descreve a indiferença do governo durante essa fase: "O governo não dá nenhum tipo de auxílio psicológico para os presos e familiares. Durante a pandemia ficávamos meses sem notícias, sem saber se eles estavam vivos ou mortos [...] Em relação à proteção, as máscaras tinham que ser enviadas pelas famílias, houve vezes em que liguei para tentar conseguir alguma informação e os agentes pediram para mandar máscaras, porque não tinham nenhuma lá.", relata. "No presídio você tem o mínimo e se você tiver o mínimo, você tem muito. E para ter esse mínimo, você tem que ter uma família que te envie [...]. O Estado age com completo descaso, falta humanidade."

Após o aumento de infectados pela Covid-19 no estado de São Paulo e o recuo à fase vermelha, a justiça suspendeu novamente os encontros presenciais e a SAP retornou com os procedimentos iniciais das visitas online.



Detento participa de visita virtual em presídio de São Paulo

A crise penitenciária não atingiu apenas o Brasil

Diversos países optaram por aliviar seus presídios para conter o avanço da Covid-19, já que a distância social para evitar infecções é impossível nesses centros. Logo no começo da pandemia, o governo britânico anunciou a libertação de até 4.000 presos, com até dois meses de pena restante, França e Suécia adiaram a execução de sentenças para evitar novas prisões.

Em contrapartida, governos como o de El Salvador resolveram agrupar gangues rivais, ignorando totalmente a proliferação do vírus. Através do Twitter, o vice-ministro da Justiça e Segurança Pública do país, Osiris Luna Meza, confirmou em abril de 2020 que uma das medidas previstas no estado de emergência decretado nas prisões, após o recente aumento de homicídios no país, era reagrupar os grupos rivais para impedir que partam ordens de crimes de dentro do presídio.

No Brasil, por meio do CNJ, foi publicada a recomendação nº 62 que norteava magistrados e magistradas do país a fora para adotarem medidas de desencarceramento. "É uma recomendação para conceder prisão domiciliar para as pessoas que estão no grupo de risco, para as mulheres lactantes e gestantes e idosos [...], para as pessoas que estão no regime semiaberto, em regime aberto e antecipação da pena para os presos que estão próximos de terminar o cumprimento dela. [...] Acontece que, por ter uma racionalidade extremamente punitivista, se recusaram de uma certa forma a adotarem essas medidas", explica Lucas Gonçalves. Segundo o órgão, até o final do ano passado 41.971 presos foram infectados e, desse total, 129 morreram em todo país.

Em outras nações, como os Estados Unidos, execuções de presos foram retomadas após 17 anos pelo governo de Donald Trump em meio à pandemia. Nesse período, os presídios do país se tornaram uma incubadora do vírus: superlotados e insalubres, além do serviço médico de baixa qualidade. De acordo com a *Folha de S. Paulo*, 615 prisioneiros morreram por causa do coronavírus em 2020. Em um comparativo feito pelo jornal utilizando fontes como o CNJ e o *The Marshall Project*, 61 agentes penitenciários foram a óbito no Brasil, enquanto nos EUA foram 46.

Em Sorocaba, no interior de São Paulo, a Penitenciária 2 Antônio Souza Neto registrou o maior número de mortes em todo o Estado. Até dezembro de 2020, haviam sido 5 óbitos e 878 infectados. Marcel Honório Pereira, agente penitenciário há 31 anos na P2, disse que se esforça ao máximo para não se contaminar. "Estou apavorado. Tento me cuidar ao máximo. Eu não quero carregar a culpa de trazer essa merda de vírus para casa". Sobre os detentos, relata: "Eles usam máscara o tempo todo, se não usar, vai para a solitária". A unidade prisional de Sorocaba está superlotada: o presídio abriga 1.709 pessoas, tendo em vista que a capacidade é para 757 presos.

O agente também relatou que recebeu álcool em gel e *face-shield* do Governo do Estado, além de máscaras feitas pelos próprios presos de outras unidades. Ademais, a P2 de Sorocaba recebeu inúmeras doações de EPIs (equipamentos de proteção individual).

Com base em dados do Mandado de Prisão do CNJ, a população carcerária aumentou mesmo em virtude da pandemia do coronavírus. Hoje, o Brasil alcança cerca de 900 mil detentos e detentas em contraste com os 815 mil anteriores à disseminação da doença no país. "Mesmo com essas recomendações, o número de pessoas presas aumentou, [...] mostrando que essas medidas de desencarceramento não foram adotadas pelos tribunais de justiça" adiciona Lucas. De acordo com o levantamento do próprio Conselho Nacional de Justiça feito entre março e maio do ano passado, 32,5 mil prisioneiros deixaram o sistema penitenciário. Esse número representa apenas 4,8% dos presos brasileiros.

A fragilização desse grupo pela falta de estruturas frente à pandemia da Covid-19 nos locais de reclusão punitiva reitera a obrigação do cumprimento das necessidades básicas humanas previstas na constituição, bem como o reforço fiscal dentro dos presídios para a execução dos protocolos estabelecidos pelo CNJ.

Ante o fascismo genocida, há de ser primavera

Em tempos de instabilidade social e humanitária, a política vigente é “um genocídio silencioso, é um deixar morrer”, diz psicanalista

Abriu a Caixa de Pandora no Brasil

Há quem se choca, quem se apavora e há quem sempre viu

Quem sempre se serviu de um sistema vil

(...)

Em salas fechadas, Salles que passam boiadas

Males que vivem há décadas, matando mata e vales

(...)

Vetando o máximo pra quem pede o mínimo

Votaram no extermínio por fissura ou por fascínio

De uma volta à ditadura pros gringo ter o domínio

520 ano e, no comando, os mesmos assassinos

(Souto MC, Primavera Fascista 2, 2020)

Por Danilo Zelic, Hadass Leventhal e
Vanessa Orcioli

Das 5.570 cidades brasileiras, 98% possuem menos de 300 mil habitantes. Com o crescente número de vítimas do coronavírus, estamos indo rumo a uma nação deserta. É o que nos lembra Aldo Quiroga, editor-chefe e âncora do Jornal da Tarde da TV Cultura e professor de jornalismo na PUC-SP. “Pode escolher. Praticamente, tirando as grandes capitais, qualquer cidade no mapa do Brasil e imaginar ela sem o ser humano”, diz ele.

O vírus escancarou a desigualdade já existente no país. Quanto mais baixos os indicadores socioeconômicos, maior o risco de morte por COVID-19, conforme os resultados de um estudo feito em maio de 2020 pelo Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (NOIS), da PUC-RIO. A pesquisa revela que 71,3% das pessoas sem escolaridade contaminadas pelo COVID-19 faleceram, enquanto somente 22,5% das pessoas com ensino superior sucumbiram ao vírus.

Nota-se, também, os impactos da desigualdade racial nas mortes por Sars-CoV-2. A mesma investigação aponta que, de 10 mil pessoas brancas contaminadas, 38% faleceram. Ao mesmo tempo, 55% do total de nove mil pessoas negras foram mortas pelo vírus. Tal desequilíbrio passa todas as faixas etárias.

A doença evidenciou a falta de infraestrutura necessária para arcar com as consequências geradas pela desinformação. Rafael Pardo, infectologista e diretor administrativo do grupo Omega Infectologia Ambulatorial, vê “grande dificuldade da população em aderir às medidas” porque “as pessoas estão muito desinformadas”. O desconhecimento chegou até o consultório de Pardo, que relata episódios nos quais pacientes lhe pediram prescrições

de cloroquina. Surpreso, ele conta que “foi uma média de mais de 25 pessoas”.

Como lembra Pardo, o aumento da procura por cloroquina, assim como hidroxicloroquina e ivermectina foi crescendo à medida em que o próprio governo promoveu medicamentos sem comprovação científica. Um exemplo foi o lançamento do aplicativo “TrateCOV”, plataforma oficial que recomendava a médicos e enfermeiros o uso do “tratamento precoce”. Outro, é o constante apelo da parte de Bolsonaro para o uso dos remédios durante lives e pronunciamentos oficiais.

Roberto Dias, advogado e professor de Direito da FGV-SP e PUC-SP, condena a recomendação, produção e distribuição do “tratamento precoce”. “Isso é ilegal, deveria gerar uma responsabilização política, administrativa, civil e penal claríssima de quem está fazendo isso”. Acredita, ainda, que o próprio Conselho Federal de Medicina e os conselhos regionais deveriam se posicionar contra essa ilegalidade, e que “estão se mostrando anticientíficos”.

O professor de Direito repudia a movimentação federal “contra o uso de máscara, o uso das vacinas, o isolamento social, tudo o que a ciência diz que se deve fazer.” Para ele, a única explicação possível é que Bolsonaro contraria recomendações de contenção à pandemia “porque, de fato, é um governo negacionista, anticientificista e antiintelectual.”

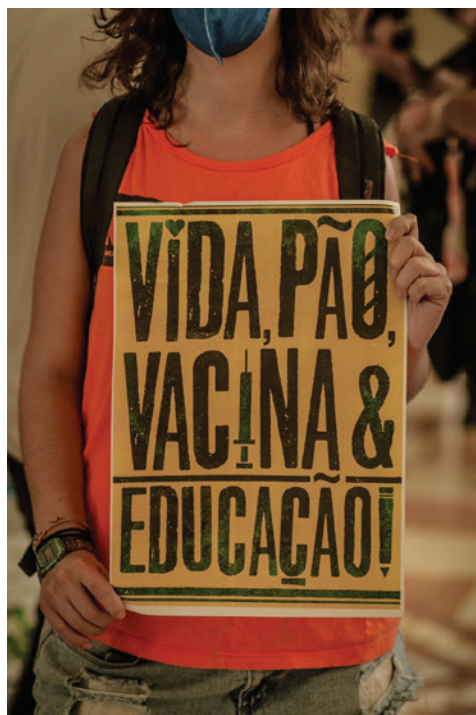
Um dos ataques à ciência mencionados por Dias é a recorrente recusa de compra de vacinas para brasileiros. No dia 30 de julho de 2020, 4 meses e 18 dias após o primeiro óbito por COVID-19, o Instituto Butantan ofereceu milhões de vacinas para o governo federal, mas não obteve resposta. O Brasil acumulava 91.377 vítimas. Em 15 de agosto do mesmo ano, o governo federal não respondeu a oferta de compra de 70 milhões de doses do

imunizante Pfizer/BioNTech. O país acumulava 107.297 mortes. Três dias depois, o Instituto Butantan, novamente, ofereceu milhões de vacinas ao governo federal e não obteve resposta. O número de óbitos havia aumentado para 110.019. No dia 7 de outubro, pela terceira vez, o Instituto Butantan ofereceu vacinas para o governo federal. Mais uma vez não obteve resposta. O número de mortos chegava a 148.304. Em 20 de outubro, durante uma reunião com 24 governadores, Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde, firmou o compromisso de compra de 46 milhões de doses da Coronavac. No dia seguinte, quando o país acumulava 155.459 mortes, Jair Bolsonaro desautorizou o acordo.

Seis meses depois, a quantidade de vítimas dobrou. Quiroga, assombrado pela imagem de uma cidade deserta, sente pelas 300 mil famílias que perderam entes queridos. Para além do número de mortes, o professor de jornalismo nos alerta que aproximadamente 70% dos falecidos tinham mais de 60 anos de idade. De acordo com uma pesquisa de mapeamento do perfil de idosos publicada pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), em fevereiro de 2021, 3 em cada 4 idosos garantem ao menos metade da renda domiciliar. “Nós estamos falando de praticamente 300 mil famílias que perderam seus principais provedores. Isso é muito mais grave quando a gente pensa nos rincões e no interior do país, onde cidades inteiras dependem do dinheiro da aposentadoria dos seus idosos.”

Quiroga preocupa-se com a morte cultural da nação que, segundo as convenções de Genebra do Direito Internacional Humanitário, a memória e a cultura de um povo devem ser preservadas até durante conflitos armados, pois a ruína desses aspectos é, também, uma forma de extermínio. “A gente tem diversos exemplos disso na história. Todos eles são promovidos por genocidas, em que você extirpa, de uma determinada comunidade, a sua capacidade de lembrar, de deter as próprias raízes, de passar de uma geração a outra aquilo que é sua própria história”. No Brasil, conforme dados disponibilizados pelo portal da transparência da Arpen (Associação dos Registradores de Pessoas Naturais), pelo menos 236.818 idosos já morreram de COVID-19.

Entretanto, o âncora nota que condições misantrópicas precedem o governo Bolsonaro. “O prenúncio dessa crise humanitária que começa em 2020 com a pandemia, já estava feito em 2018, quando se admitiu que povos originários, como quilombolas e indígenas, perdessem as suas garantias constitucionais protetivas.”



Cartaz de protesto na Faculdade de Medicina da USP durante a visita do atual ministro da saúde, Marcelo Queiroga, no dia 25 de março de 2021

José Arbex, professor de jornalismo da PUC-SP, expressa opinião similar. “O governo Bolsonaro é resultado de uma sociedade patriarcal, racista, escravista que caracteriza o Brasil. Nós temos que fazer essa crítica para não dar a impressão de que o Bolsonaro é um fenômeno que surgiu do nada”.

Tal conjuntura histórica reverberou nas eleições de 2018 quando os chamados ‘outsiders’ – políticos que definiam-se por sua aversão à tradição da profissão – conquistaram grandes espaços de poder na esfera administrativa brasileira. A narrativa do ‘tem que mudar tudo isso aí’, acabar com o ‘toma lá dá cá’ e a ascensão de figuras com um perfil de direita potencializou o pensamento bolsonarista e apolítico.

Pedro Ambra, psicanalista e professor de psicologia da PUC-SP, explica a popularização da ideologia bolsonarista em termos freudianos. Sobre Bolsonaro, ele reconhece que o presidente “é um fascínio, ele apela para sentimentos muito primitivos, para o nosso lado irracional, nosso lado infantil, que todos temos.” Ambra acrescenta que, para Jair Bolsonaro, “o inimigo é horrível, deve ser destruído, e nós somos perfeitos e puros. Esse tipo de lógica, binária, é uma lógica de massa, totalitária”. Ele ressalta, ainda, que a administração política atual se trata de um “projeto de extrema-direita que quer retornar valores pré-modernos”.

Isso se tornou evidente com o vídeo da reunião federal do dia 22 de abril de 2020, na qual Bolsonaro e seus ministros discutiam as possíveis movimentações que poderiam fazer para emplacar seus discursos durante o início da pandemia. Pode-se especular que o governo tentou se aproveitar da instabilidade provocada pelo surgimento de um novo vírus por conta de falas como “passar a boiada”, dita por Ricardo Salles, ministro do Meio Ambiente, e “armar a população”, articulada pelo próprio presidente.

Tanto Quiroga quanto Arbex acreditam que a grande imprensa é parcialmente responsável pelo cenário contemporâneo ao não rotular como deveria o então presidente de extrema-direita, lembra Quiroga. Já para Arbex, houve “muito cinismo”, pois “a grande imprensa faz questão de esquecer que foi ela que botou o Bolsonaro onde ele está”.

Similarmente, a sociedade civil também acreditou nas promessas de campanha de Bolsonaro. Porém, devido ao agravamento da crise sanitária, houve um afastamento daqueles que apoiavam sua postura negacionista. O limite da elite brasileira revelou-se quando o país atingiu a marca de 300 mil mortes, através de uma carta aberta, publicada no dia 21 de março de 2021, assinada por banqueiros, empresários, economistas e intelectuais solicitando a melhoria do cenário atual. Indignado, Quiroga comenta que o documento “é uma das expressões mais hipócritas deste nosso tempo. Esse empresariado veio para cá só para usurpar o que pudesse. Quem trouxe essa pandemia para nós foi a elite que viajou para o estrangeiro. E quem morreu foram os pretos pobres, as pessoas de favela, as pessoas de periferia, as empregadas, os empregados, os operários e a classe trabalhadora”.

Na opinião de Quiroga, no que concerne à pandemia e às inconstitucionalidades vigentes, “nós estamos indo de limite em limite. Estamos indo no esgarçamento do tecido social democrático.” Ao longo de 2020, e até o momento, percebe-se a incidência de manifestações antidemocráticas por parte da população, com pedidos de fechamento do STF e o clamor pelo retorno da ditadura militar. Da parte do governo federal, Quiroga aponta para “um aumento de 287% no uso da Lei de Segurança Nacional, uma excrescência que deriva da ditadura militar”. Para Roberto Dias, isso “é um forte ataque contra a democracia. O governo usar de instrumentos para calar a oposição, as críticas, a liberdade de expressão, a livre manifestação do pensamento, é tudo que uma democracia não admite”.

Ainda assim, o advogado acredita na futura punição jurídica de Bolsonaro. “A gente não sabe se ele vai ser responsabilizado na vigência do mandato ou depois. Mas tenho para mim que ele será responsabilizado, e a responsabilidade dele não será pequena”.

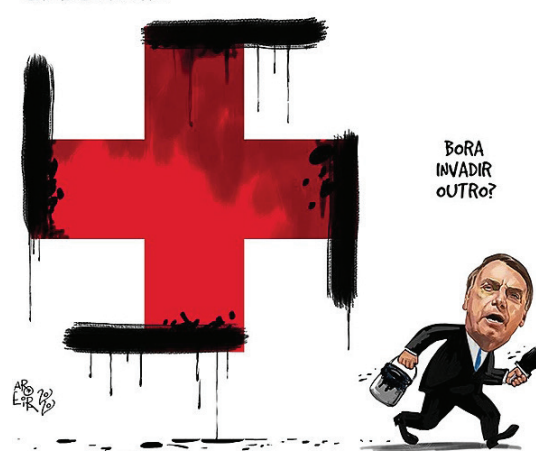
Em contrapartida, Arbex considera que, para salvar vidas, é necessário impor “lockdown, acelerar o programa de vacinas e garantir uma ajuda mínima de 600 reais”. Entretanto, assim como Ambra, ele não vê outra saída para as crises humanitárias atuais senão a queda do governo Bolsonaro. O jornalista analisa que “enquanto ele permanecer, as pessoas vão continuar morrendo”.

Outrossim, o psicólogo crê que a administração de Bolsonaro “não poderia melhorar, porque a única coisa que a gente pode dizer que ele está fazendo bem é cumprir um certo projeto de grande capacidade destrutiva”. Ambra reconhece e sinaliza as reais intenções do presidente: ele é capaz de “destruir o Estado, acabar com as políticas públicas, com um discurso de privatização, de modernização, mas, na verdade, quer entregar as riquezas do país para o capital, notadamente estrangeiro”.

O argumento de priorização da economia em detrimento à saúde da população mostra que o governo está disposto a sacrificar vidas por uma suposta melhoria financeira. Quiroga critica profundamente essa ideia: “não há que cair na falsa dicotomia entre emprego e saúde. Isso é um discurso diabólico. Se nós não garantirmos o fim da pandemia, a nossa economia não vai se recuperar. E se nós estivermos mais preocupados com a economia do que com as vidas, como temos feito até agora, a gente não vai sair dessa pandemia”.

Não obstante, Quiroga se mantém esperançoso. Ele assemelha um futuro mais democrático com o fenômeno natural conhecido como ‘superbrotamento’. “Você tem uma árvore, que ela sabe que está morrendo, as suas raízes já não conseguem chegar mais aonde poderiam chegar, e ela já não tem mais os galhos frondosos, as folhagens para fazer a troca energética. Ela reúne as forças que tem e, em um galho grosso e seco, começam a brotar várias pequenas protuberâncias que vão virar galhos, e todas brotam juntas e vão para cima, verdes e vicejantes”. Quanto à resistência ao autoritarismo, o âncora garante: “pode tentar cortar as nossas raízes, a nossa memória, pode tentar arrancar o que a gente tem de mais valioso. Mas a gente vai super brotar”. Que haja primavera.

CRIME CONTINUADO



© Charge de Renato Aroeira, publicada em 14 de junho de 2020 no site Brasil 247, que foi censurada.

População de Mianmar resiste ao golpe de Estado em meio a 'apagão' de informações

Regime militar deixa mais de 500 mortos em protestos, enquanto líderes de oposição e imprensa são perseguidos

Por Carolina Raciunas, Daniel Seiti, Flávio Guion, Gabriel Yudi, Gustavo Abrahao, Julia Roberto e Raphael Dafferner

Há cerca de dois meses, a população de Mianmar resiste a um golpe de Estado. Os militares tomaram o poder no dia em que o novo Parlamento, eleito em novembro, tomaria posse. A justificativa, sustentada sem provas, é de fraude eleitoral. Desde então, as forças armadas suspenderam voos, prenderam líderes da oposição, fecharam estradas, limitaram a internet e assassinaram civis.

Segundo a organização Assistance Association for Political Prisoners (AAPP), até o dia 1 de abril, 543 pessoas já haviam sido mortas pelo exército birmanês. Devido a uma dificuldade da atuação da imprensa, que sofre perseguição desde que o regime entrou em vigor, há uma escassez de cobertura por parte das grandes agências de notícias.

Outros fatores contribuem para a falta de conhecimento do atual cenário. Historicamente, o território foi ocupado por diversos povos e etnias, resultando na formação de pequenos reinos fragmentados. Ao final do século XI, grande parte da extensão territorial havia sido unificada pelo Império Pagan, tanto politicamente quanto religiosamente, sendo a maioria populacional adepta ao budismo – religião predominante até os dias atuais.

Em 1824, tornou-se uma colônia britânica, assim como a Índia e outras civilizações do sul asiático. “O colonialismo europeu foi extremamente nefasto, um grande ônus para os birmaneses. A dominação impôs valores ocidentais em uma sociedade antequíssima. Os valores humanos do ocidente não se encaixam no oriente”, analisa Fausto Godoy, embaixador aposentado, que serviu em Mianmar.

Godoy ainda alega que é errôneo o julgamento de nações estrangeiras sobre os princípios e a conduta dos asiáticos, incluindo organizações internacionais ocidentalizadas, como a Organização das Nações Unidas (ONU). O país permaneceu sob administração do governo anglo-saxão por mais de um século, até a conquista de sua independência em 1948.

Quando enfim ganha autonomia, o Estado altera seu nome para União de Birmânia e promulga a sua primeira Constituição. Na década seguinte, a Birmânia atravessa um longo período de instabilidade e lutas separatistas relacionadas, principalmente, a questões étnicas. Em meio ao cenário conflituoso, em 1962, os militares derrubam o governo e assumem o controle administrativo nacional, através

da Lei Marcial, governando até a promulgação de uma nova Constituição, em 1974.

A introdução do unipartidarismo, a intensificação nas perseguições às minorias hinduístas, cristãs e muçulmanas, a severa limitação na liberdade de expressão e o regresso econômico caracterizaram o regime autoritário nos anos subsequentes.

Em 8 de agosto de 1988 são feitas manifestações populares pró-democracia lideradas por estudantes, que se espalharam por todo o país. Os protestos ficaram conhecidos como a “Revolta 1988”. O governo reprime os atos civis com um golpe militar e, novamente, utiliza a Lei Marcial como retaliação aos movimentos, resultando em milhares de mortes.

Em 1989, os militares alteram o nome do país, que agora passa a ser oficialmente chamado de União de Myanmar. Entre as lideranças manifestantes a favor da democracia, ganha importância a figura de Aung San Suu Kyi, filha do general Aung San, um dos responsáveis pela independência do país no final da década de 40.

Um ano após o golpe, às vésperas das eleições de 1990, Suu Kyi é condenada à prisão domiciliar – assim permanecendo até 2010 –, ficando impedida de apresentar sua candidatura. No pleito, seu partido, a Liga Nacional pela Democracia (LND), sai vitorioso, tendo conquistado 80% dos assentos no parlamento. Porém, os militares não aceitam o resultado e anulam as eleições. Em resposta, potências ocidentais não tardam em impor sanções econômicas.

Pela liderança dos movimentos pró-democracia em um país tão autoritário como Mianmar, Suu Kyi ganhou diversos prêmios internacionais, como o Nobel da Paz, em 1991, tornando-se ícone dos direitos humanos e da luta pela democracia.



Manifestantes em protesto contra o Golpe militar

Os prêmios foram questionados e até mesmo revogados com o agravamento da crise dos rohingyas, grupo étnico de Mianmar.

De origem muçulmana e não havendo consenso sobre a sua chegada ao país, os rohingyas não são considerados cidadãos birmaneses pelo governo, com base na Lei de Cidadania, de 1982, e têm seus direitos civis limitados. A legislação regula que somente grupos étnicos que se estabeleceram no país antes de 1824, ano da primeira guerra anglo-birmanesa, poderiam obter a nacionalidade.



Manifestante segurando bandeira da Liga Nacional para a Democracia

Além disso, desde 2001, o grupo sofre restrições de viagens, dificultando a circulação pelo território birmanês. Em 2017, a ONU acusou os dirigentes de Mianmar de limpeza étnica e classificou os rohingyas como a minoria mais perseguida do mundo. “O único apoio que San teve foi o dos budistas. O apoio político foi fundamental para que não a matassem e para que ela fosse ao poder em 2015”, explica Godoy.

Em 2008, um novo evento deixa sua marca na história birmanesa: a entrada em vigor da terceira – e atual – Constituição do país. A nova constituinte coloca um término ao período de 20 anos durante o qual os militares governaram com base apenas na Lei Marcial.

O texto aprovado tinha intuito claro: a manutenção do poder do Tatmadaw, as forças armadas birmanesas. Por disposição constitucional, reservaram-se aos militares três ministérios, assim como 25% das cadeiras do parlamento nacional. Na prática, essa decisão inviabiliza reformas constitucionais que visassem a redução da influência das forças armadas.

O texto ainda prevê aos militares o poder de apontar um dos dois Vice-Presidentes, sendo que, não por acaso, qualquer cidadão com filho ou cônjuge estrangeiro está impedido de exercer o cargo de Presidente. Isso gera um impacto direto em Suu Kyi, que não só tem dois filhos nascidos no Reino Unido como, à época, era casada com um britânico.

Em meio ao crescente isolamento internacional e dificuldades econômicas, o regime militar mostrava, aos poucos, sua fadiga. Nesse contexto, ao chegar à presidência em 2011, o general reformado Thein Sein dissolveu o regime militar e iniciou um tortuoso – e inacabado – processo de redemocratização, cujo ápice foi a chegada da LND ao poder, após vitória acachapante nas eleições gerais de 2015.

Como resultado, Suu Kyi, assume a liderança de Mianmar, com poderes semelhantes ao de uma primeira-ministra. Contudo, ela permanece atrelada à influência do Tatmadaw. “A democracia que a LND atingiu em 2015 era uma democracia vigiada. Suu Kyi teve de acender a vela para Deus e o diabo. Era a única forma de levar uma agenda modernizadora que ela quis implantar no país pelo seu partido”, completa o embaixador.

Liderança da Aung San Suu Kyi

Desde o golpe, Suu Kyi tem sofrido diversos ataques e acusações. Dois dias após a tomada do poder pelos militares, a 1ª Chefe de Estado do governo foi processada por importação ilegal e uso não permitido de walkie-talkies, podendo ser condenada a uma pena de até três anos de prisão.

No dia primeiro de março, a ex-líder do governo participou de uma audiência online na capital de Mianmar, sendo acusada de “causar medo ou alarme”, além de abalar a “tranquilidade pública”.



Jornalista fugindo de militar durante protesto

Junto às denúncias anteriores, Suu Kyi volta a ser questionada por posicionamentos passados em relação aos rohingyas. “Ela teve que decidir entre 5 milhões de habitantes [os rohingyas], de uma população de 60 milhões, de uma região específica do país, e os 85 milhões de budistas, que foram o apoio dela” explicou Godoy.

Cartaz com clubes da Premier League em protesto



Godoy, contudo, salienta a complexidade do posicionamento de Suu Kyi. “Honestamente, é horrível o que eu vou falar, mas vocês apoiariam os rohingyas ou os budistas, que são as pessoas de Mianmar? Tirando todas as condições éticas e morais, falando sobre jogo de poder, a prioridade seria os direitos humanos dessas 5 milhões de pessoas ou a volta do exercício democrático em Mianmar? Ela sabe que está havendo atos terroristas. Tentar moralizar a ‘realpolitik’ é muito complicado”.

Perseguição e assassinatos

Ainda que com divergências quanto aos líderes da atualidade, a população em Mianmar mostra-se contrária à ideia de mais um golpe. “Os militares estão bem pressionados, pois o apoio popular é bem amplo”, explica Dennis Barbosa do portal de notícias G1, que atua na cobertura do noticiário internacional.

A linha de frente das manifestações são os jovens. Eles lideram a massa de insatisfeitos com o novo governo e pedem a volta da democracia. Apesar da idade dos manifestantes, os militares não pegaram leve. No dia 20 de março, um dia depois de uma sexta-feira de protestos, um adolescente de 15 anos foi morto por soldados com um tiro na cabeça.

Dennis avalia que o grande número de jovens assassinados pelo exército comove as pessoas e inflama ainda mais a situação. “Ajuda nessa espiral de agitação”, disse.

Em decorrência da retaliação, jornais como *The Myanmar Times*, *The Voice*, *7 Days News*, *Eleven* e *The Standard Time* suspenderam suas atividades no país. Antes dos veículos de comunicação, as atividades nas redes sociais e redes de telefonia móvel já haviam sido derrubadas pelo regime, como um dos primeiros movimentos de início do golpe.

“É uma cobertura difícil”, avalia Dennis. “Nós acompanhamos por agências internacionais e elas também estão com dificuldades de agir por lá.” Poucos dias após a tomada de poder, novas instruções arquitetadas pelo ministro da informação do regime foram destinadas ao conselho da imprensa de Myanmar.

De acordo com as novas regras, os veículos deveriam se atentar a certos termos ao se referirem ao golpe de Estado. Segundo o governo, a grande mídia estaria sujeita a violação de normas éticas, que deslegitimam a tomada de poder. Ainda que ameaçados, a imprensa segue firme e faz o que está ao seu alcance, tendo estabelecido que continuará reportando os acontecimentos da maneira como eles estivessem se desenvolvendo, sem omissões.

O posicionamento dos jornalistas não agradou os militares. Após a troca desses argumentos, foram geradas prisões em sequência de repórteres. Desde o golpe, mais de 40 jornalistas foram privados de exercer a profissão. O caso mais recorrente é do repórter da BBC, Aung Thura, que obteve destaque na mídia internacional após ter sido levado por homens do exército, enquanto trabalhava.

Futebol

Assim como em outros países, o esporte teve um importante papel na oposição de regimes autoritários. Juntamente com o seu povo, a seleção mianmarenses se manifestou sobre a imposição do regime militar e se negou a entrar em campo para as Eliminatórias da Copa do Mundo. “Até que devolva a democracia, só vamos jogar na rua”, disse o goleiro Kyaw Zin Htet.

Durante os protestos, alguns manifestantes vestem camisas de times ingleses, influentes em Mianmar devido ao processo de colonização, como forma de questionamento ao regime militar.

Cartazes com os símbolos do Liverpool, Manchester United, Arsenal, Chelsea, Manchester City e Tottenham, que disputam a primeira divisão do Campeonato Inglês, diziam: “Nós somos ‘rivals’, mas vamos lutar pela democracia”.

Como a tradição monárquica é influenciada por tabloides britânicos

Ruptura da família real enfatiza a essência racista da mídia inglesa

Por Eduarda Magalhães, Júlia Gomes Zuin, Manuela Pestana e Sarah Catherine Seles

A história da realeza britânica

A história da família real britânica possui centenas de anos repletos de sucessões, um tanto confusas. Mas existem algumas informações-chaves para entender o que a monarquia representa hoje. O caminho para compreender como a Rainha Elizabeth II chegou ao poder se inicia em 1837, com a Rainha Victoria assumindo a Coroa, até 1901, o ano de sua morte. Então, seu filho, Edward VII, assumiu o trono até 1910, quando a coroa passou para George V.

Com a morte de George V em 1936, a linhagem do reinado continuou com seu filho Edward VIII, que finalmente quebra com a sequência de sucessões harmônicas de quase 100 anos, ao se casar com Wallis Simpson, uma cidadã americana divorciada. A união não combinava com as regras da igreja e da monarquia, o que levou à abdicação do trono para seu irmão, George VI, em dezembro do mesmo ano.

George VI foi casado com a Rainha Elizabeth I, conhecida também como a “rainha mãe” e enfrentou crises juntamente com a 2ª Guerra Mundial até sua morte em 1952, quando deixou a Coroa para sua filha, a atual Rainha Elizabeth II. A rainha assume o trono aos 25 anos e bate o recorde de mais tempo no poder na história de sua família e mundial, com quase 70 anos de reinado.

A família real é formada pelo cônjuge do monarca e pelos parentes próximos, que são a Rainha Elizabeth II, seu marido, príncipe Philip (que faleceu no último 9 de abril), os 4 filhos do casal, os príncipes Charles, Anne, Andrew e Edward; sendo Charles o primeiro na linha de sucessão do trono. Atualmente o primogênito é casado com a Duquesa Camilla e possui dois filhos, William e Harry, frutos de seu primeiro casamento com a princesa Diana. William, que será o próximo a assumir o trono, casou-se com Kate Middleton e tem três filhos, George (que está em terceiro lugar na linhagem real), Charlotte e Louis.

A partir de 1215, o poder real foi perdendo força e o Parlamento se fortaleceu. Atualmente a realeza tem papel mais simbólico do que efetivo, visto que o atual Primeiro-Ministro, Boris Johnson, exerce o poder Executivo.

O legado da “Princesa do Povo”

Em 1977, com apenas 16 anos, Diana Frances Spencer, descendente de uma família de aristocratas britânicos, conheceu seu futuro marido: Charles Philip Arthur George, com 29 anos na época e herdeiro da Coroa inglesa. Pressionado pela realeza

britânica, príncipe Charles pede Diana em casamento em 1981 e 5 meses após o pedido eles se casam na *St. Paul’s Cathedral*, em Londres.

Diferente da expectativa dos súditos, a princesa Diana não era “*bela, recatada e do lar*” (referência à apresentação de Marcela Temer pela revista *Veja*, em 2016), muito pelo contrário. Em seu casamento escreveu seus próprios votos e negou jurar obediência ao seu marido, influenciando futuras gerações.

Por não corresponder aos padrões da realeza e quebrar séculos de paradigmas, Diana, agora nominada “sua alteza real, a princesa de Gales” (e carinhosamente pela população de “a Princesa do Povo”), foi alvo de perseguição não apenas na própria família real, como também na mídia, desde o começo de seu relacionamento com Charles, até sua morte. A família real sempre foi objeto de interesse da mídia, principalmente de modo sensacionalista e, assim, a imprensa estava presente o tempo todo em suas vidas.



Casamento de Diana e Charles

A repórter Roxanne Roberts, do jornal *Washington Post*, opina que Diana teve quase uma relação mutualista com a imprensa: “Diana compreendia o poder da mídia, e a usou em seu favor para auto divulgação, e, mais tarde, como uma arma contra a realeza, especialmente na época de sua separação com Charles.” Entretanto, assim como a mídia ajudava Diana em alguns quesitos, também a prejudicava.

Em agosto de 1997, a tragédia aconteceu. Diana, seu namorado da época e seu motorista não resistiram ao bater o carro no túnel de uma ponte em Paris, ao serem

perseguidos por fotógrafos. Após investigações, foi constatado que o motorista estava dirigindo alcoolizado, justificativa para aqueles que o concluem como culpado. Porém, o debate é bem mais amplo: seriam culpados os fotógrafos? Ou uma fusão de todos os fatores? Também existem múltiplas teorias da conspiração sobre a própria família real ter manipulado o acidente.

A cisão real

Diferente de Charles e Diana, Meghan Markle e o príncipe Harry não tiveram um casamento arranjado. Eles se conheceram por meio de amigos em comum e se casaram em 2018. Meghan é uma atriz americana, divorciada e negra, motivos suficientes para ser alvo de perseguição da família real e das mídias. Todavia, Meghan Markle não é a nova Diana. O ponto em comum entre ambas é o assédio da mídia, porém Lady Di tinha privilégios perante a Coroa inglesa que Meghan não tem: Diana era branca, inglesa e veio de uma família aristocrata. O racismo é um dos principais preconceitos sofridos por Meghan, comparada diariamente com Kate Middleton, que agrada aos padrões reais.

Após serem vítimas de preconceito por parte da Coroa, da mídia e do povo, o príncipe Harry e Meghan anunciaram em janeiro de 2020, que estavam se desvinculando da família real para conquistar sua própria independência, deixando suas funções reais em 31 de março de 2020.

Em entrevista à jornalista Oprah, foi exposto pelos cônjuges seus pontos de vista sobre a realeza, relações entre a família e escândalos preconceituosos. Em um momento da conversa, Meghan revela que, quando estava grávida, um membro não identificado da família real estava preocupado com a cor da pele de seu filho, Archie, antes de seu nascimento.

A imprensa britânica e o racismo

A mídia inglesa é notoriamente conhecida por seu caráter incisivo e hostil. Os “tabloides”, como são chamados jornais como *The Sun*, *Daily Mail*, *Daily Star*, entre outros, assumem a tarefa de reportar ao público os acontecimentos – desde os mais cotidianos até os mais relevantes – da vida de figuras públicas na forma mais crua e “cômica” possível. É uma das fontes mais ricas de entretenimento aos ávidos leitores que buscam descobrir segredos de seus ídolos. Essa dinâmica, portanto, segue a lógica capitalista de oferta e procura, gerando uma indústria extremamente lucrativa em que uma foto de qualquer celebridade se torna uma riqueza, e a busca por consegui-la vai além de qualquer limite.

Existem vários exemplos de celebridades cujas vidas foram expostas e manipuladas pela mídia. A essência dessas abordagens jornalísticas está na sua conotação pessoal, o consumidor quer que sua leitura o aproxime do mundo glamuroso das celebridades, atribuindo uma sensação de intimidade, ainda que ilusória.

O Reino Unido tem sua parcela de grandes artistas que são alvo da agressividade dos tabloides, porém as verdadeiras presas da perseguição jornalística são os membros da família real. Vista como uma espécie de tesouro nacional, uma tradição riquíssima que deve ser preservada, a realeza britânica é o principal foco da mídia, que, aparentemente, sempre tem uma posição forte a respeito das decisões dos expoentes reais. Casos como o da Princesa Diana nos anos 1980 e da Meghan Markle na atualidade demonstram o lado cruel da perseguição de *paparazzi*, que se mostram mais do que aptos a invadir espaços pessoais, agredir a liberdade alheia e desconsiderar qualquer tipo de direito à privacidade.

Diana Spencer, a Princesa de Gales, ou como foi apelidada pela mídia "a Princesa do Povo", teve uma longa e conturbada trajetória com os tabloides, o que, eventualmente, culminou em sua morte em agosto de 1997. A mídia era absolutamente implacável quando se tratava a seu respeito, suas fotos valiam centenas de libras e, segundo seu irmão Charles, ela foi "a pessoa mais perseguida da era moderna". O episódio se tornou um marco na imprensa britânica, uma vez que a mídia foi severamente culpabilizada pela morte de Diana, uma figura adorada pelo público.

Apesar da grande repercussão da trágica morte de Lady Di, a história vem se repetindo, agora com outros alvos. A presa da vez é a ex-duquesa de Sussex, Meghan Markle, esposa do príncipe Harry, filho de Diana. Em entrevista ao **Contraponto**, a jornalista inglesa, Layla Mahmood, analisa a abordagem negativa que Markle vem recebendo por parte da imprensa: "Eles se sentem ameaçados por ela, por conta de tudo que ela representa. Ela é americana, é divorciada, é miscigenada, é uma mulher de negócios, é uma atriz, ela é *self-made* [autossuficiente]. Ela meio que representa tudo o que é contrário à família real. E, a maior questão, na verdade, é o fato dela não ser branca."

A imprensa britânica, quando aborda a família real, faz questão de deixar nítida as diferenças no tratamento de cada indivíduo da Corte. É possível notar a discrepância quando se compara as matérias que o jornal *Daily Mail* fez sobre Kate e outra sobre Meghan, acariciando a barriga enquanto grávidas. A manchete que fala sobre Kate foi: "Não falta muito tempo! Kate grávida, com ternura, segura sua barriga, enquanto encerra seus deveres reais antes da licença de maternidade – e William confirma que está a parir a qualquer momento", o tom dado chega a ser afetivo nesse caso. Quando se trata de Meghan, a abordagem é radicalmente diferente. O jornal possui a seguinte manchete: "Por que Meghan Markle não consegue tirar as

mãos da barriga? Especialistas abordam a questão que levou o país a falar: é orgulho, vaidade, atuação – ou uma técnica moderna de criar vínculos?"

As parciaisidades continuam ao comparar manchetes, como do *Express*, que na reportagem recomendava o uso de flores no casamento de Kate e William e, no caso de Meghan e Harry, o jornal problematizou o uso de flores, alegando que poderia colocar em risco a vida da princesa Charlotte. São infinitos os ataques que Meghan Markle sofre pela imprensa britânica, a ponto de Harry fazer uma denúncia a um tabloide e até comparar a perseguição sofrida por Markle com a que Lady Di sofreu. No documentário *"The Story of Diana"*, fica claro como a mídia tratava Diana, sem qualquer preocupação com sua privacidade – o que não mudou quando ela se divorciou do príncipe Charles, uma vez que suas ligações continuaram a ser grampeadas e divulgadas.

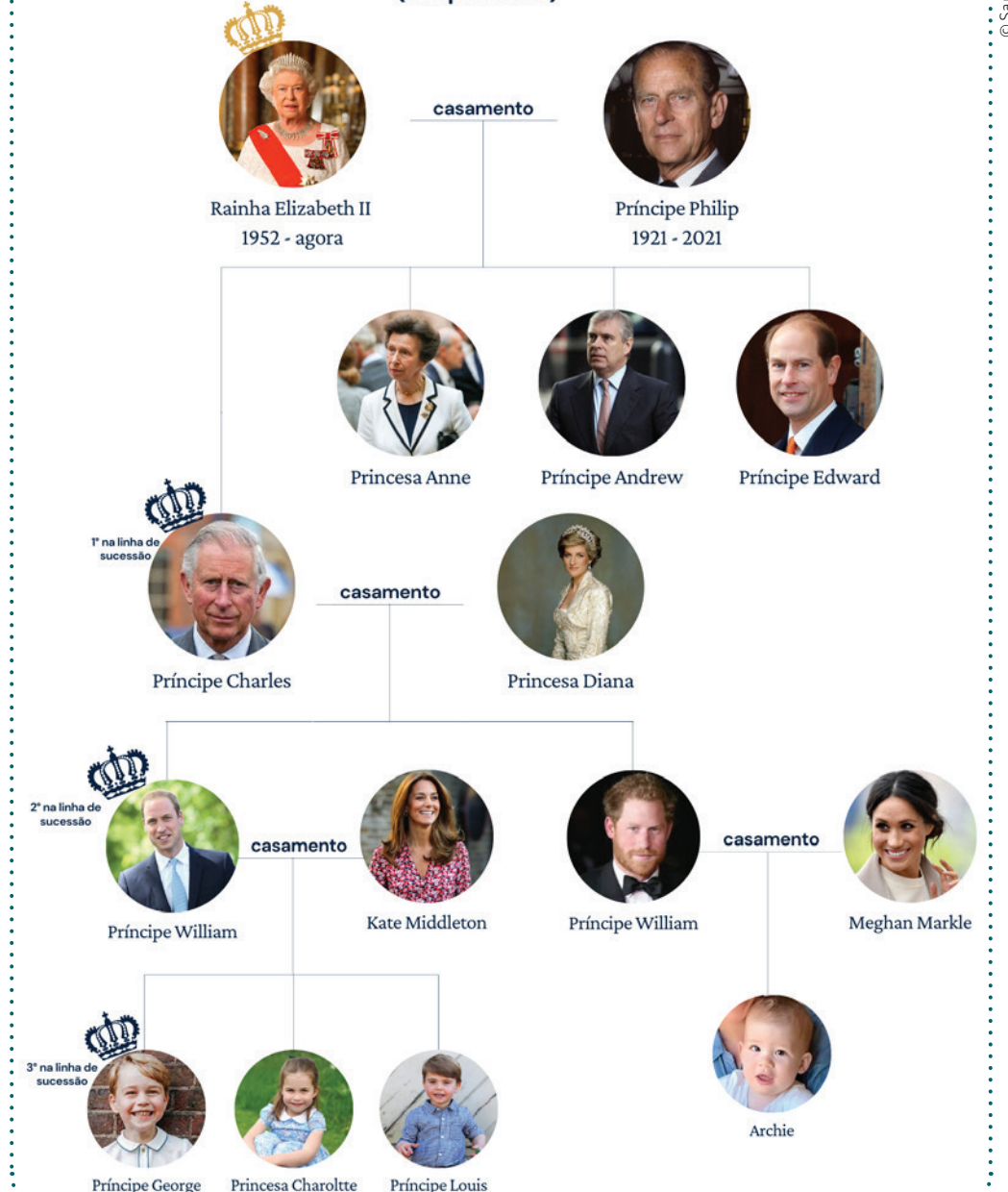
A pressão exercida pela mídia e sua relação conturbada com a família real, fez com que Diana desenvolvesse bulimia,

como relatou à mídia no período de seu divórcio. Desde diretamente, como no caso da "Princesa do Povo", quanto indiretamente, quando, por exemplo, propagam-se discursos de ódio como o racismo, caso de Meghan Markle, que em entrevista à Oprah comentou sobre ter pensamentos suicidas frente à hostilidade que sofria dentro do sistema real.

Mahmood ainda comenta sobre as problemáticas da imprensa no Reino Unido, discorrendo sobre a essência racista que segue vigente dentro dos grandes veículos: "Infelizmente, o racismo sistêmico na Inglaterra é intrínseco às instituições midiáticas. A maioria das pessoas no comando – majoritariamente os editores – são brancas e de classe alta (...). Eles têm muito controle sobre a narrativa e o ângulo a ser explorado, e é preciso que isso mude para que haja mais representatividade. Não só em termos de raça, mas também de classe. Se fizermos isso, acho que a mídia seria muito mais diversa e menos perversa do que tem sido."

Árvore Genealógica Real

(simplificada)



Árvore genealógica da família real

© Sarah Catherine

O agravamento da crise generalizada no Paraguai

Descaso com a pandemia por parte do Estado leva a uma semana de protestos e possível processo de impeachment

Por Julia Takahashi, Letícia Galatro Alves e Manuela Pestana

A América Latina foi uma das últimas regiões a registrar casos de coronavírus, e hoje é um dos continentes mais afetados pela pandemia. Responsável por 26% das mortes mundiais e 18% dos casos registrados, o território é o principal epicentro da doença.

O Paraguai, país no qual 70% da população de 7 milhões de habitantes depende totalmente da assistência pública, tem um dos sistemas de saúde mais frágeis da América do Sul, segundo levantamentos internacionais.

Das 33 nações da região latino-americana, 18 ainda não começaram a imunizar a população ou não têm dados públicos sobre percentual de vacinados. Enquanto isso, das 227 milhões de doses contra a Covid-19 aplicadas no mundo, somente 0,1% foi destinada à população paraguaia.

Para a estudante da Ciudad del Este, Sol Brizuela, é decepcionante as atitudes que estão sendo tomadas e a posição que o país se encontra: “Se as autoridades tivessem a responsabilidade que deveriam, a nação não estaria passando pelo que está passando. “Agora não temos recursos, hospitais, vacinas. Não estamos tendo praticamente nada. Nós tínhamos que ter feito algo, eles deviam ter realizado uma quarentena muito forte. Vê-los não fazendo nada é triste.”

O presidente paraguaio, Mario Abdo Benítez, vem sofrendo severas críticas ao seu governo no que diz respeito a sua política frente à crise sanitária imposta pelo novo coronavírus – apesar de o Paraguai ter se mostrado eficiente em conter o vírus no início de 2020. No começo de março, milhares de pessoas foram às ruas questionar sua posição negacionista frente aos crescentes números de óbitos e o iminente

colapso do sistema público de saúde. A atmosfera é de uma reprovação geral decorrente da negligência do Estado em tomar medidas concretas a fim de conter a disseminação do vírus e culminou no pedido de renúncia, tanto de Benítez, como do atual vice-presidente, Hugo Velázquez.

Para a universitária de Encarnación, Ana Maidana a crítica é resultado de um histórico de corrupção. Apesar de Mário ter apresentado, inicialmente, uma boa resposta contra a Covid-19, a falta de organização e de transparência na administração do dinheiro público fez com que a população se manifestasse contra sua postura: “Vejo ‘Marito’ como uma piada. A mensagem que ele nos dá com suas palavras e ações, é que não se importa o suficiente”.

A chapa Benítez-Velázquez assumiu o Executivo paraguaio em janeiro de 2018, acompanhando o giro de direita que a América Latina vem apresentando. O Partido Colorado – de onde ambos são filiados – é considerado um grupo nacionalista e conservador dentro do espectro político, fazendo-o compatível com as ideologias do atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro. No entanto, o que nem brasileiros, nem paraguaios apostavam ao eleger seus líderes, é que apenas dois anos depois, o mundo viveria uma crise sanitária sem precedentes, e a reação frente à situação seria de negligência e pouca eficácia.

O Paraguai passa por uma troca nas suas secretarias. O então ministro da saúde, Julio Mazzoleni, renunciou no dia 5 de março, pouco antes do primeiro protesto chegar às ruas. Segundo pronunciamento de Benítez, outras pastas também sofrerão mudanças – tanto o ministério da Educação, quanto o da Mulher tiveram trocas em seus representantes. As alterações são vistas como tentativas do presidente de retomar controle e amenizar a opinião pública. Benítez ainda comentou em pronunciamento oficial que, apenas lê a bíblia e não as notícias: “não se preocupem com o que escutam, eu mesmo não leio nada pela minha saúde mental. Leio a bíblia e saio para trabalhar pelo nosso povo”.

O descaso que Abdo tem em relação à crise sanitária, fez com que a população se revoltasse durante quatro dias seguidos. No primeiro confronto, reuniu cerca de 5 mil pessoas e resultou em 21 feridos, segundo a CNN. Para o estudante paraguaio, Anthony Escobar, que participou do primeiro dia (05/03), o acontecimento é de suma importância: “levantar sua voz

é a forma que você será escutado, claro, mas eles têm que saber o que a população pensa, o que nós pensamos [...] não podemos simplesmente ficar em casa e esperar por qualquer ação, isso não é aceitável, não devemos fazer isso. Eu acredito que o único caminho seja levantar a voz e fazer o governo saber que não vamos permitir que eles façam as coisas que estão fazendo, agindo da forma que estão agindo”.



Foto tirada na manifestação do dia 05/03 em Asunción. *Che kuerái* significa “estou cansado” em guarani, segundo idioma oficial do Paraguai

Apesar de muitos irem às ruas reivindicando a saída do presidente, existe uma enorme polarização em relação a essa decisão. Os três estudantes entrevistados pelo **Contraponto**, por exemplo, não acreditam que a renúncia seja uma boa escolha. Segundo Escobar, realizar uma troca pode ter resultados ainda piores: “Depois vai ser o mesmo, se mudar o presidente, o vice pode ser pior, não terá eleições, será o próximo encarregado e assim, não vamos escolher nosso presidente”, finaliza. Além disso, Maidana comenta sobre as dificuldades enfrentadas no Paraguai: “Viver no terceiro país mais corrupto da América Latina tem suas consequências, como você pode imaginar. As mortes por falta de medicamentos nos espaços públicos de saúde começaram a despertar essa sociedade. Isso se acumulou com a incerteza do sistema educacional.”

Os protestos em Asunción foram reprimidos com uma forte reação da polícia local, que se mostrou violenta, apesar da iniciativa pacífica dos manifestantes. A tropa de choque enfrentou a população com balas de borracha e gás lacrimogêneo, deixando um morto, segundo balanço das autoridades. De acordo com a reportagem publicada no início de março pelo jornal *El País*, o que se presenciou foi uma verdadeira “batalha campal em pleno centro da capital paraguaia”.



© Reprodução Reuters/Via BBC

Manifestantes vão à rua contra o governo e a situação do coronavírus no país

As novas faces do aprendizado diante da Covid-19

Como as mudanças educacionais e comunicacionais trouxeram discussões sobre a importância da acessibilidade digital

Por Isabela Mendes Dos Santos, Julia d'Ávila Delfino e Letícia Galatro Alves

A comunicação é um processo que envolve a troca de informações entre os indivíduos por meio de signos e regras semióticas mutuamente entendíveis. Trata-se de um processo social primário, que permite a socialização e pode se apresentar de diversas formas.

Comunicar consiste na compreensão, emissão, transmissão e recepção de uma mensagem por métodos convencionais ou não, seja por meio da fala ou da escrita, por sinais ou símbolos. A linguagem utilizada para a comunicação pode ser verbal, como ocorre de forma rotineira entre as pessoas, em leituras de jornais, revistas e artigos diversos, em discursos ou palestras, ou em qualquer conversação.

Existe também um código com os movimentos faciais e corporais, além do uso de símbolos que indicam a intenção comunicativa. Os gestos denunciam enquanto determinados movimentos comunicam. Uma linguagem 100% eficaz mistura essas duas formas de integração para se tornar mais completa.

Porém, a pandemia do Coronavírus juntamente com a necessidade de *lockdown* impactou e mudou radicalmente o âmbito comunicacional. Aparatos tecnológicos se mostraram essenciais para a manutenção da interação entre os indivíduos nesse momento, tanto na vida social como na profissional. No entanto, essa tecnologia pode ser vista como uma ameaça à máxima eficiência da comunicação, uma vez que limita o acesso aos recursos não verbais da linguagem.

Dessa forma, a alfabetização foi duramente afetada durante o período de isolamento. Sem a estrutura necessária, os professores tiveram que se adaptar ao ensino remoto da maneira que puderam, fazendo da escassez de recursos a oficina da criatividade. Para Mariana*, professora da rede particular de ensino infantil, no início, houve uma certa dificuldade de adequação às aulas online: "Eu ficava preocupada se o que eu preparei seria o suficiente, se eu conseguiria atingir os objetivos". Os alunos também passaram por um processo o qual ela caracteriza como 'delicado' na hora de aprender através dos meios digitais, já que eles demonstravam querer falar e participar da aula freneticamente e, consequentemente, era exigida uma atenção maior do que os limites do ensino à distância permitiam, tanto por parte dela quanto por parte deles.

Quanto aos impasses de alfabetizar online, Mariana menciona a utilização de todos os métodos possíveis, dentre os quais se destacam os jogos virtuais, que fizeram toda a tensão e preocupação do contexto serem deixadas de lado por um momento. Essa metodologia foi pensada tendo em vista o prazer que as crianças encontram em aprender com soluções lúdicas e divertidas, tornando o cenário mais leve e descontraído para ambas as partes. Todavia, a professora ressalta que se trata de uma questão individual e não geral quando o assunto é a defasagem dos alunos alfabetizados pela internet em relação àqueles alfabetizados presencialmente, visto que alguns responderam muito bem ou até melhor às estratégias adotadas na educação remota do que àquelas exploradas no sistema de educação regular.



Lucca Martins, de 6 anos, participando de aulas de alfabetização à distância

A adoção de métodos de ensino à distância levantou, também, questões acerca da acessibilidade, especialmente para pessoas com deficiência. Em meio a esse contexto, o espaço virtual trouxe vantagem ao permitir a presença de todos os alunos. Indivíduos com deficiência física sentiram-se estimulados a estudar pela possibilidade de ficarem em casa e não se preocuparem com a falta de acessibilidade arquitetônica para locomoção. "A condução pode ser difícil, então o ensino a distância facilita isso, porque o aluno com comprometimento físico consegue estar presente em uma aula em EaD – coisa que às vezes é difícil ou quase impossível em uma aula presencial", diz Sidney Tobias,

Consultor de Acessibilidade da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência.

Ademais, o especialista chama atenção para a expansão das tecnologias e sua abrangência nos meios de ensino: "As ferramentas de reuniões virtuais ficaram mais populares [...] as pessoas passaram a utilizar e aprender seus recursos, além de melhorarem sua performance. Isso, consequentemente, trouxe acessibilidade digital e a oportunidade de participação das pessoas em geral e de pessoas com deficiências também".

Contudo, houveram também desvantagens. A falta de comunicação presencial figura como uma barreira interativa para esse segmento: "para que uma criança com deficiência se sinta pertencente é preciso haver a socialização", informa Tobias. No caso de crianças com deficiências intelectuais, o processo pode se tornar mais complexo, uma vez que a ausência da linguagem corporal pode dificultar a compreensão do aluno juntamente com os obstáculos decorrentes da nova forma de absorver o conhecimento.

Para que haja um aumento da acessibilidade, há a necessidade de uma plataforma compatível com o *software* e o leitor de tela para alunos cegos. Já no caso dos surdos, os oralizados precisam de uma aula com legendas ativadas, enquanto os não oralizados necessitam de intérpretes de LIBRAS presentes. Porém, na maioria das vezes, os programas utilizados não apresentam esses recursos e nada é feito a respeito deste imbróglio.

A ausência da adaptação das plataformas cibernéticas para crianças e jovens com deficiência usufruirmos de um bom aprendizado equivale a um agravamento do capacitismo, isto é, a discriminação do indivíduo em virtude de sua deficiência, o que contraria o artigo 27 da Lei Brasileira de Inclusão: "A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem".

* O nome Mariana foi utilizado visando a preservação da identidade da fonte.

Mulheres que escrevem: o ser e estar na literatura

A literatura feminina atual carrega um potencial intrínseco de fazer a arte continuar

Por Evelyn Fagundes, Malu Marinho, Rafaela Eid, Rebeca Anzelotti e Victoria Nogueira

Maria Firmina dos Reis, Clarice Lispector, Conceição Evaristo, Virginia Woolf, Simone de Beauvoir, Carolina Maria de Jesus. Esses são os nomes de algumas mulheres que sofreram silenciamento histórico e que, apesar disso, carregaram sua potência escrita como forma de expressão e resistência. Durante séculos, foram, e são, oprimidas por uma cultura patriarcal, que ergue pedestal aos homens e normaliza a desigualdade de gênero. Nomes como Shakespeare, Baudelaire, Júlio Verne não são estranhos, todos eles foram excelentes escritores e grandiosos em sua época, a ponto de transcenderem seus versos e livros por gerações. Mas será que esses homens teriam sido considerados geniais se fossem mulheres?

A mulher na literatura causou um mal-estar para essa estrutura tão homogênea, e com o passar do tempo surgiram ainda mais vozes que queriam ser lidas e ouvidas. As poetisas e romancistas, adormecidas por um regime misógino, passaram a repor a tinta na pena e transferir suas angústias ao papel, desafiando o sistema, as obrigações e a si mesmas; “Talvez eu só precise estar realizada com meu trabalho, talvez eu não queira ou não precise de fato ter o que a sociedade me impõe, valores que criam sobre mulheres bem sucedidas”, afirma Agatha Reinato, mulher negra, atriz, escritora e cantora.

Nesse meio artístico, Agatha conseguiu realizar o sonho de lançar um livro. A atriz escreveu *Periferia Esperança* juntamente com o coletivo de atores, Cia Corpos Outros, do qual faz parte. “O teatro foi essencial, principalmente nesse rolê de viver de arte, algo que para alguém da periferia sempre é uma ideia que parece impossível”, afirma entusiasmada.

A narrativa conta não só suas próprias trajetórias como membros de uma comunidade periférica, mas também enaltece as vozes de seus amigos e familiares. “A gente começou a fuçar e se deu conta de que ‘véi’, a história de minha avó é a história de geral”, e nessa mistura de ficção e realidade, o grupo publicou a obra em setembro de 2020.

Entre as diversas dificuldades de uma mulher, o número de conduções até o centro também se torna algo a mais na sua conquista por espaço. “É muito difícil pegar um ônibus lotado e criar para além da dor, algo criativo”, expressa Agatha sobre a falsa ideia de meritocracia imposta na sociedade. Para Virgínia Guitzel, feminista,



Escritoras, da esquerda para a direita: Virgínia, Ticiane, Agatha, Cecy, Giovana e Bianca

mulher trans, poeta e colunista do *Esquerda Diário*, o ato de escrever poesia sempre foi fundamental para se entender, resistir e “tirar a asfixia que o capitalismo e a cis-normatividade colocam”.

Em toda a sua vida, a escrita ocupou um papel importantíssimo, já que foi a maneira que Virgínia encontrou para se autocompreender, se comunicar e expressar seus sentimentos. “Teve papel essencial para a minha sobrevivência, para não enlouquecer em muitos dias, para eu conseguir respirar em outros”.

Assim como Guitzel, a jornalista Giovana Madalosso relata que uma das motivações para escrever trata-se do alívio proporcionado pela literatura. “Escrever a respeito de questões que surgem em minha vida e, para as quais eu não encontro respostas, me traz certo alívio”, e

completa: “A segunda motivação que eu tenho para escrever são histórias de mulheres. Histórias que eu vejo na minha vida e que nunca foram escritas, me estimula muito levá-las para a literatura”.

Giovana Madalosso, autora dos livros *A Teta Racional*, *Tudo Pode Ser Roubado* e *Suíte Tóquio*, contou em entrevista para o **Contraponto** que é amante da escrita desde criança. Quando tinha apenas 8 anos, ela já escrevia histórias em quadrinhos e peças teatrais que eram interpretadas por seus primos. Aos 15, ganhou uma bolsa estudantil por ter sido vencedora de um concurso de poesias, por três anos consecutivos.

Maternidade & Escrita

O ofício de escritor pode se tornar ainda mais desafiador às mulheres, quando a carreira entra em contato com a maternidade. Para Giovana, o nascimento de sua filha Eva foi o que catalisou o processo de escrita de seus livros. “Foi em torno do nascimento dela que eu encontrei a minha voz narrativa. Me deparei com questões urgentes, com angústias que precisavam ser trabalhadas na escrita, e esse mergulho dentro das minhas próprias questões, fez com que eu encontrasse uma voz e um estilo que eu acredito que seja só meu”.

Já para a jornalista Ticiane Werneck, o ato de escrever ficou quase sem espaço quando sua filha nasceu. “Eu fui mãe muito cedo, aos 24 anos, e a vida na redação também exigia muito, então meio que a literatura ficava guardada num pedacinho da minha vida que não cabia ainda.” Para ela, a escrita foi igualmente um mecanismo de resistência, à medida que pôde



Giovana Madalosso, autora de “Suíte Tóquio”

© Montagem por Andre Nunes



Ticiana Werneck com seu livro "Ana não sabe nadar"

atingir outras mulheres: "a coragem está no simples ato de publicar".

As mulheres tomaram a literatura como um lugar de afirmação, com coragem derrubaram os muros que as distanciaram dos espaços de poder. Quando se intitulam poetisas, deixam um pedaço de si no papel e com os muros no chão constroem uma rede. "Eu acho que cada vez mais a gente tem ganhado esse espaço de discurso" afirma Cecy Maria, poeta e estudante de Ciências Sociais. As escritoras que ocuparam estantes com gravuras marcando seus nomes são impulsos corajosos que inspiram e dão força para mais livros saírem das pontas das canetas de outras mulheres.

Cecy fala sobre sua arte: "É uma responsabilidade com o mundo, me dá um aperto no coração pensar que tem um livro de poesia na gaveta". A fotógrafa e poetisa Bianca Vianna concorda, e ainda acrescenta: "a maior dificuldade de todas é você falar de si mesma em um texto. O sentimento é algo inexplicável, é muito difícil você se expor para uma pessoa, imagina à várias".

Cecy Maria tirou sua poesia da gaveta no ano passado, com a publicação de *Feito Peixe*. Antes disso, já usava as redes sociais para dividir palavras não ditas, assim como Bianca que, tomou impulso de publicar suas escritas depois de um longo caminho: um relacionamento abusivo e uma acentuada depressão que acarretou na sua internação.

A fotógrafa revela: "as pessoas ao meu redor me incentivaram, mas ninguém botava fé, eu não queria que 'desse certo' queria que olhassem meu livro como um espelho para si mesmas". As poetisas se parafraseiam sem ao menos conhecerem uma à outra, como uma linha que as liga

por algo maior, a revolução de ser e estar poeta.

"A escrita é um ato político, e tornar público é outro"

Virgínia Guitzel revela que a escrita lhe ajudou no processo de se assumir LGBTQIA+, compondo poesias como forma de resistência. Ademais, ainda no *Esquerda Diário*, faz observações políticas ao trazer problemas e questionamentos sobre temas que não estão sendo ditos pela grande mídia. Segundo ela, há sempre uma tentativa de reflexões teóricas. Quando escreveu o texto "Quem luta pela saúde das mulheres trans?", em sua coluna, chamada "Meu corpo, um campo

de batalha", Virgínia traz reflexões pessoais sobre os processos que passa enquanto mulher trans.

Bianca Vianna pondera e reafirma sua sexualidade através da poesia. Ela diz que resistir é saber que não está sozinha e continuar persistindo no que se acredita. "Alguém sentiu o que você sente hoje", afirma a escritora. A fotógrafa explica o seu medo de ser silenciada: "achei que me sentiria limitada por ser LGBT, por ter cabelo curto, o braço fechado de tatuagem, de colégio público, porque nunca vi esse meu estereótipo em qualquer outra escritora." Ao escrever, Virgínia e Bianca confrontam, em uma batalha cotidiana, a lgbtphobia e o sistema capitalista que querem mantê-las marginalizadas e em silêncio.

Arte inspira arte: a literatura como impulso

Ao longo da história, a rede tecida pela escrita feminina motivou mais mulheres a costurar, com seus diferentes fios e linhas, uma nova literatura. "Eu quero ver cada vez mais mulheres escrevendo e lendo. É muito gratificante ver pessoas se aproximando de mim para agradecer por eu ter tocado em certos assuntos, mulheres me falaram que no meu texto conseguiram se relacionar e encontrar alguma identificação, talvez alívio", afirmou Giovana Madalosso.

"Eu me inspiro muito em outras escritoras e vibro com as conquistas delas", afirma Ticiana Werneck. O emaranhado de ideias, sentimentos e revoluções individuais acarretam em palavras que serão lidas em voz alta – ou em silêncio. "A arte que produzi não tem controle, ela pode ser acessada por muitas meninas trans que vieram me escrever dizendo que acharam minhas poesias em um momento muito difícil, e ficaram felizes de ter uma outra voz que falava sobre a vida delas", conclui Virgínia Guitzel.

A literatura é um caos acolhedor, que concentra um turbilhão de sentimentos. "Às vezes a gente acha que está sendo subversiva e resistente, mas, vem de um lugar íntimo e tão comum para todo mundo que não tem como causar estranhamento, porque é uma confissão", finaliza Cecy Maria. As mulheres se intitularam poetisas, deixaram a arma caneta tomar conta de si e se despiram em forma de brochura para a sociedade que não suporta essa nudez.



Ensaio para a divulgação de "Feito Peixe"

Do físico ao digital: a influência dos streamings no comércio musical

Como as lojas de discos sobreviveram durante a pandemia e os desafios impostos por novas formas de se consumir canções

Por Esther Ursulino, Ramon de Paschoa e Tabitha Ramalho

Sabemos que a música evoluiu ao longo dos anos, desde os concertos clássicos com violinos até chegar ao pop e outros ritmos atuais. Não foi diferente com os objetos e espaços de propagação musical: antes, era preciso ir a recitais ou eventos com orquestra. Depois, em lanchonetes com as famosas jukebox. Hoje, temos redes como Spotify, Deezer ou Amazon Music.

Devido ao surgimento da internet e ao sucesso das plataformas digitais, explorar novas composições e artistas deixou de ser algo caro e restrito. A chance de ter contato com produções do outro lado do mundo, acessar raridades, armazená-las sem ocupar espaço físico e escutá-las a qualquer hora são conquistas que ajudaram a democratizar o acesso à música em todo o planeta.

Grupos clássicos do rock se deram bem com a alta dos vinis. Os Beatles venderam cerca de 300 mil discos em 2018. Queen, Pink Floyd e David Bowie mais de 100 mil, segundo a revista de música *Rolling Stone*.

Com as atualizações da Billboard, a maior parada musical do mundo, alguns artistas tiveram que pensar em uma nova estratégia para vender suas canções.

Por exemplo, cantoras como a Taylor Swift não abandonam as mídias físicas, produzindo versões alternativas do álbum, cada uma delas contendo uma música exclusiva, assim como Justin Bieber e Demi Lovato. Lojas como a Target passaram a vender itens como revistas contando bastidores do projeto, fazendo com que mais fãs comprassem para colecionar.

Dunia Hany, fã e colecionadora, conta que seus CDs – muitos até autografados – a fazem se sentir mais próxima de seus ídolos. Ela diz que muitos deles vêm acompanhados de brindes como fotos e pôsteres, o que a estimula ainda mais a consumi-los.

Outro fator que exigiu uma nova estratégia foi a pandemia, que trouxe como consequência o fechamento dos comércios não essenciais. As lojas de CDs e Vinis foram um dos muitos setores afetados que, para superar essa limitação, apostaram no comércio via internet.

Edvaldo Silva, dono da loja “Made in quebrada”, reforçou as vendas on-line durante a crise sanitária: “isto está mantendo a loja muito bem, porém sentimos falta da interação com as pessoas em eventos e na loja física”.

Daniel Nunes, dono da “A Loja de Discos”, acrescenta que as dificuldades já existiam desde a falta de pontos de venda pelo país e a quebra das livrarias. “Nosso e-commerce, que já era forte, cresceu muito mais exatamente por termos investido nas vendas on-line há 5 anos. Estamos sobrevivendo às consequências da pandemia”.

Mesmo durante o primeiro semestre de 2020, as vendas de discos físicos totalizaram US\$232 milhões. No entanto, essa quantia não compõe nem 10% dos lucros, visto que os streamings geram um lucro exponencialmente maior e, dessa forma, a mídia digital nesse mesmo período lucrava quase 5 bilhões de dólares.

Todavia, o sucesso dessas plataformas não simbolizou uma ameaça: “já convivíamos com a pirataria, foi mais um canal de divulgação musical como rádio, tv e imprensa”. Para Nunes, os streamings não anulam as plataformas físicas e, portanto, ele não pensa em interromper sua comercialização: “Nunca pensamos em parar com o físico pois sabemos que o artista não pode virar um átomo. Ele precisa existir fisicamente de alguma forma, seja nas mídias, *merchandising* ou qualquer outro produto físico e também porque sabemos que a qualidade dos streamings não agrada todos os ouvidos, incluindo o meu”.

Edvaldo concorda: “Ao contrário do que se pensa, acredito e percebo que cada vez que se populariza o digital, mais se fortalece a necessidade de uma parcela das pessoas terem contato com algo físico e material”. Em consonância, o consumidor Tomás Santana diz que, com o formato físico, a música se torna “algo palpável”, que estimula os sentidos e contribui para construção de uma memória afetiva.



Edvaldo Silva organizando discos de vinil

Dentre as vantagens e desvantagens das plataformas, Daniel conta que o mercado físico se transformou em um nicho, enquanto o digital se propaga cada vez mais abundantemente: “a mídia física tem a magia que a digital nunca terá. Além da qualidade de áudio superior, existe a parte gráfica, a criatividade da capa, informações técnicas, letras e o fato das pessoas continuarem a ouvir a obra inteira do artista, não apenas *singles*”.

Assim como Nunes, o colecionador Juan Gustavo diz que uma vantagem é o ritual de segurar o encarte e colocar o lançamento para ser tocado enquanto o som é passado. “Isso estabelece uma conexão maior do ouvinte com a obra, coisa que a mídia digital não oferece”.



Coleção de Juan Gustavo

Os lojistas afirmam que o principal obstáculo das pessoas não consumirem vinis no Brasil está no valor do produto. Daniel diz que o processo fabril é caro, desde a matéria prima, técnicos e máquinas, até corte e masterização, e comenta que existem apenas 2 opções de fábrica no país.

Edvaldo complementa: “Nossos salários são muito baixos. O Valor do disco no Brasil acompanha o valor mundial, considerando que boa parte dos insumos para a produção são importados”.

Mesmo com esses obstáculos, os colecionadores contam o porquê de ainda valer a pena cultivar esse hábito. Para Juan, os streamings instigam as pessoas a ouvirem música enquanto realizam outras tarefas, o que dificulta a concentração. Segundo ele, o disco material, em contraposição, tende a prender a atenção do ouvinte.

Gostando ou não, as plataformas de streaming vieram para ficar. Porém, como relatado pelos lojistas e consumidores, o produto físico tem seu valor, seja pelo sentimento nostálgico ou pelo gosto pessoal. Como disse o colecionador Jedias Hertz: “coleccionar é guardar pedacinhos da história da música”.

Cinema x Streaming

Pandemia acelera batalha que promete ser revolucionária para o mercado de filmes e séries

Por Bruna Damin, Clara Maia e Juliana Mello

Desde o começo da pandemia da COVID-19, o mercado de filmes e séries se deparou com uma alta demanda por conteúdos de entretenimento, não tendo outra escolha senão começar a investir em plataformas que funcionam por meio de aplicativos conectados à internet, e que podem ser utilizados em computadores, celulares e TVs. Muitos investidores não acharam mais viável colaborar com empresas de cinema físico, iniciando então, a decadência do estilo tradicional de assistir produções audiovisuais.

Nesses aplicativos de exibição, o assinante se depara com um leque enorme de opções para assistir, pagando uma assinatura, anualmente ou mensalmente. Uma das precursoras desse estilo foi a Netflix, que, além de pioneira, foi uma das primeiras a começar a custear e produzir conteúdo com seu próprio nome.

Plataforma	Preço
Netflix	21,90 reais
Disney+	27,90 reais
Globo Play	19,90 reais
Amazon Prime Video	9,90 reais
HBO Max	15,00 dólares

A única plataforma que não se encontra em real, mas em dólar, é a HBO Max. O serviço ainda não está disponível no Brasil, mas é importante citá-lo, pois trouxe uma proposta arriscada e inédita de estreias simultâneas no app, ou seja: o filme estreia no cinema e na plataforma ao mesmo tempo. Filmes como *Esquadrão Suicida 2*, *Mortal Kombat* e *Matriz 4* terão esse estilo de lançamento.

O impacto nessa teia de empresas foi notável e gerou reações e consequências. Para comentar esse embate o **Contraponto** entrevistou Miro Malacrida, publicitário que atua na área de filmes e séries pelo Instagram, @instacinefilos. Miro acha arriscado a estratégia de estreia simultânea, pois “as pessoas podem ignorar o fato de ir ver o filme no cinema”.

Criou-se então a dualidade: cinema x streaming. Uma competição em que uma das opções não parece ser mais muito viável em circunstâncias atuais, e outra, apesar dos preços, é mais segura e prática. Todavia, o sucesso de uma exterminará a outra?

Malacrida pensa que não. O cinema terá um grande impacto nas pessoas e na

economia, mesmo depois da pandemia. “A experiência de estar numa sala é diferente, é uma forma de encontro entre amigos e família, sendo assim, uma forma de diversão e de escape”. Porém, o publicitário deixa claro que o crescimento das empresas de streamings só tende a aumentar. “Todas as empresas querem ter seu próprio serviço de streaming, então vários ainda estão para surgir. Várias vertentes de conteúdo, novas parcerias, várias formas de se vender esse produto ainda irão surgir, como até a fusão de companhias, como o acordo entre a Globoplay e a Disney+.”

Com a sua popularização nos últimos anos, principalmente em 2020 pela pandemia, esses serviços apresentaram significativa alta nos preços. Em 2018, a assinatura do ‘plano padrão’ da Netflix, o plano intermediário que inclui o acesso de duas telas simultaneamente e uma melhor qualidade de imagem de 1080p, era de 19,90 reais; em dezembro de 2020, pelo mesmo plano, era cobrado 32,90 reais, de acordo com dados do site Olhar Digital.

A alta nos preços apresenta consequências, como a queda de assinaturas. Segundo o site de investimentos Exame Invest, a Netflix registrou queda no último semestre de 2020: 300 mil a menos do que o esperado, número bastante assustador quando comparado ao mesmo período de 2019, que superou as expectativas (à época a empresa obteve 1,16 milhões de assinaturas acima do esperado com total de 8,76 milhões de novas contas).

Com esse fenômeno, ocorre o afastamento de uma parcela economicamente impossibilitada de ter acesso a esse tipo de lazer, elitizando o contato cultural de uma sociedade já marginalizada e excluída. “É um valor alto para os brasileiros. Com a situação social do país, milhões de pessoas

vivem na linha da pobreza, então 19,90, até 30 reais por mês para gastar com filmes não é prioridade”, afirma Malacrida.

Outro grande problema enfrentado pelos streamings é a pirataria, criminalizada no Brasil pela lei número 10.695, de 1º de julho de 2003. De acordo com Cam Cullen, vice-presidente de Marketing da Sandvine, a pirataria é uma consequência direta da fragmentação dos serviços de streaming em diversas plataformas. Miro desaprova a prática. “Você não está pagando por aquele conteúdo. Como tudo na vida a gente paga, o conteúdo também é necessário. É uma troca. Os assinantes pagam e eles oferecem algo.”

Com o agravamento constante da pandemia, o público longe das salas, estreias adiadas e as gravações canceladas, as companhias cinematográficas decidiram reproduzir obras antigas, mas isso não chegou a dar um fôlego aos donos. As ações da Cinemark americana despenaram mais de 75% desde o início de 2020. Já as da AMC caíram 50%. De acordo com o CEO global da Cinemark, Mark Zoradi, o terceiro trimestre de 2020 encerrou-se com 34,6 milhões de dólares de receita, que representa uma queda de 96% em relação ao mesmo período do ano anterior. “A recuperação das bilheteria de fato só vai começar a acontecer na segunda metade de 2021”, prevê o CEO.

Zoradi acredita que o mercado é capaz de se reinventar. “O cinema existe há mais de um século, já enfrentou diversas crises, mas nunca se prejudicou tanto ao ponto de acabar”. Completa: “nada se compara às idas ao local, o clima que se instala, a qualidade da imagem e do som. O cinema e as produtoras de filmes precisam alinhar-se com um trabalho que seja favorável para todos”.



As plataformas de streaming e suas lendas

© Bruna Zanella Caramelo Damin

Tribunal virtual: cancelamento como forma de justiça

Fenômeno potencializado pelas redes sociais perpassa a intolerância e o linchamento

Por João Victor, Júlia Nogueira, Iris Martins e Vitória Jesus e Victoria Toral

Ao longo de toda a História, após a formação de uma estrutura social e, consequentemente, a criação de modelos de vivência nas sociedades, sempre existiram momentos de “cancelamento” das pessoas que quebravam aquilo que era considerado o padrão. A sociedade tem postura condenatória, em razão de sua herança social e, com a presença das redes digitais, o ato de cancelar tornou-se mais intenso e agressivo.

Cancelar uma ação ou a fala de uma pessoa virou sinônimo de excluí-la do debate público. Nesse viés, dar voz a alguém para abordar assuntos que antes eram pouco discutidos na mídia de massa, como o racismo, a homofobia e a xenofobia é um ato ofuscado pela crença no indivíduo perfeito. Esse pensamento, porém, é contraproducente, já que não abre espaço para discussão de pontos de vista importantes ao desenvolvimento social, uma vez que não há tempo para reflexão na cultura do cancelamento. Além disso, as consequências impactam tanto a vida pessoal quanto a profissional da pessoa cancelada, que está fadada ao isolamento total.

Em paralelo, toma-se como exemplo o ocorrido no *reality Big Brother Brasil 21*, que ganhou alta visibilidade no País, ao final de janeiro, quando ocorreu a briga entre os participantes do programa. Tudo começou quando, em uma festa, Lucas Penteado e Kerline se desentenderam em uma conversa. Até este ponto, outra participante, Karol Conká, apoiava Lucas. Porém, o jogo mudou a partir do dia 29 de janeiro, sexta-feira, em outra festa, onde Penteado brigou com diversos integrantes e causou ainda mais confusão. Neste dia, ele surgiu com a ideia de formar uma aliança de pretos contra brancos, o que gerou revolta entre muitos na casa, fazendo com que no final de semana os *brothers* mostrassem em conversas pontuais suas discordâncias contra o artista. Mas, o que chamou a atenção do público foi o comportamento de Karol Conká, que além de dar alfinetadas, alegou que a partir dali faria tortura psicológica com o ator e pediu para que os demais o isolassem.

Essa prática, marcada pelo uso inadequado de união, conhecido como efeito manada, em que um grupo isola uma pessoa por conta das divergências de opiniões, pode gerar consequências negativas para o isolado, como aponta a psicóloga

Patrícia do Amaral, em entrevista ao **Contraponto**. “A pessoa acaba precisando buscar ajuda psicológica ou psiquiátrica, ou até mesmo suporte da família. É óbvio que terá uma apatia e pode vir a desenvolver um transtorno psicológico, uma depressão, crise de ansiedade ou alguma fobia.”

Depois do ocorrido, Lucas passou a fazer suas refeições sozinho, foi chamado de abusador por Karol, que ainda disse que queria jogar um copo de água em seu rosto. Dos 20 participantes da casa, 17 se mostraram contrários às atitudes de Penteado. Até mesmo um beijo dado por ele em Gilberto, também participante do *reality*, gerou grande repercussão negativa entre os presentes. Lumena, integrante do show, acusou o ator dizendo: “Eu não quero ser palco para a sua performance”, como se ele estivesse forçando os afetos trocados.

“O ato de cancelar revela uma necessidade muito grande de que justiça seja feita, ao mesmo tempo que revela o quanto estamos perdidos sobre como pode ser alcançada.”

Lucas Penteado não aguentou tamanha pressão e solidão sentida na casa e abandonou o jogo. Casos como o citado mostram como o ato de cancelar pessoas afeta negativamente a vida de todos os envolvidos, causando danos psicológicos e representações de ódio direcionadas tanto ao cancelado quanto ao cancelador. O comportamento dos participantes na casa em comparação com a repercussão na mídia retrata como a perspectiva e as chamadas “bolhas” influenciam na visão sobre uma realidade diferente daquela que se crê fielmente. Dentro da casa, Karol Conká era prestigiada em suas opiniões e atitudes e até vista como um exemplo pelos outros participantes, enquanto fora do confinamento a ex-BBB foi eliminada com recorde de rejeição (99,17% dos votos) por representar opiniões e posicionamentos totalmente contrários aos da grande maioria do público.

A situação de cancelado para cancelador pode se inverter facilmente. No mundo virtual, pessoas são canceladas até em espaços e grupos em que costumavam ser aceitas e até festejadas. A vontade de pertencimento a um grupo ou o medo de se tornar o próximo cancelado pode repercutir até em reprimir as próprias opiniões. Em entrevista ao **Contraponto**, Carolina Nalon, mediadora de conflitos, fundadora do Instituto TIÊ e especialista em comunicação não violenta, compara: “ficamos com medo de sermos cancelados e não falamos nada, não nos posicionamos. Como se todos ficassem na plateia e ninguém subisse no palco, os poucos que sobem ficam à mercê da possibilidade do cancelamento. Na plateia, passamos a vida inteira apontando o dedo para os outros.”

A cultura do cancelamento é um produto de uma série de processos que transformaram a internet em algo que os especialistas chamam de “câmara de eco” (situação em que ideias ou crenças são reforçadas de forma que o divergente é oculto), fenômeno que até os algoritmos das redes sociais agravam. As bolhas ideológicas são potencializadas e o ambiente virtual serve apenas como viés de confirmação. Carolina alerta: “temos muito a aprender ainda para lidar com o diferente, temos que proativamente buscar o diferente, e furar essa bolha, até para ter uma versão mais clara do que é a realidade ou então, vivemos numa ilusão de que a realidade é (apenas) o que enxergamos.”

No cenário político atual, o discurso contra a cultura do cancelamento muda a depender da ideia que está sendo discutida. O ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, já fez críticas ao cancelamento, mas não mede esforços para cancelar o que não lhe convém ou repudia. Em 2017, o republicano pediu a demissão de um jogador da NFL (National Football League) e todos que o imitassem, por se ajoelhar durante o hino nacional em protesto à brutalidade policial contra negros. No Brasil, quando Sergio Moro anunciou sua saída do Ministério de Justiça e Segurança Pública, em abril de 2020, acusando o então presidente, Jair Bolsonaro, de interferência política, seu nome se tornou o mais comentado no Twitter e dividiu opiniões na própria ala bolsonarista, que se manifestava contra e a favor de Bolsonaro.

A instabilidade política vivida pelo Brasil durante o governo Bolsonaro, está representando um sério abalo às instituições democráticas do país, com o

próprio presidente fazendo e incentivando ataques aos pilares que sustentam a democracia brasileira, principalmente à imprensa. Nesse cenário vem se abrindo cada vez mais o espaço político e social para grupos radicais e autoritários, que atuam por meio de *fake news* e ataques de ódio nas redes sociais, procurando iniciar uma guerra cultural no meio digital. Esse estado de frenesi social na internet, exclui o debate político e abre cada vez mais espaço para a cultura do cancelamento, substituindo o uso da argumentação por uma exclusão completa de qualquer pessoa com uma opinião discordante.

As redes sociais certamente concederam espaço a grupos até então considerados excluídos do debate público, dando origem a novos setores sociais – o que é excelente para a manutenção da democracia – e colocando em destaque novas pautas para serem debatidas. Contudo, a prática do cancelamento também acabou por ser adotada por alguns desses grupos, que outrora defendiam a democracia, mas que agora utilizam de um meio autoritário para descredibilizar seus respectivos oponentes intelectuais. Portanto, atualmente não se trata de discordar, argumentar e debater: é preciso censurar ao máximo o outro, alimentando uma lógica destrutiva e hostil para qualquer democracia saudável.

Ao enfraquecer o debate político por meio do cancelamento, os sistemas de opressão social e as falhas da democracia brasileira deixam de ser o foco dos agentes sociais, o que acaba por desestabilizar grupos progressistas que lutam por mudanças no cenário brasileiro. Desse modo, enquanto segmentos políticos opostos tentam vencer uma guerra cultural infinita nas redes sociais e prejudicam a soberania popular, o Brasil sofre com suas desigualdades e injustiças históricas e sociais.



Lucas Penteado sozinho na casa do BBB 21

Uma das maneiras de amenizar os efeitos da cultura do cancelamento é através da empatia. Carolina Nalon explica como podemos praticá-la: “A primeira coisa é entender que quando nos incomodamos com algo, é nesse momento que o exercício começa. Sentir empatia com quem concorda com a gente é natural, mas é exatamente quando eu encontro alguém que pensa diferente de mim que eu tenho que dobrar meu cuidado na maneira de falar. Se uma pessoa dá sua opinião, e você discorda, antes de chegar com uma oposição fechada, primeiro devemos pensar: ‘o que fez você chegar nessa conclusão?’ É importante ter curiosidade sobre o que motiva a opinião do outro, isso faz ele se sentir compreendido e aumenta as chances dele te compreender.”

A empatia precisa ser exercitada e, para iniciar este exercício, é necessário

cuidar primeiro de si para poder ajudar outra pessoa, além de ser essencial dar tempo e atenção. Diferente do que muitos pensam, a empatia não requer gestos grandes, e sim os menores deles; por exemplo, escutar o próximo, com apenas este objetivo, sem a intenção de contrapor o que ele diz. Outra maneira de exercitá-la é se aproximar de quem pensa diferente. Uma pesquisa realizada com o Instituto Avon e o Instituto Papo de Homem, com o tema “como conversar com quem pensa muito diferente?”, revela que 8 em cada 10 pessoas consideram importante conversar com quem pensa diferente. Carolina também afirma que “precisamos estimular as pessoas a utilizarem a vontade existente em serem mais empáticas e instrumentalizar. No geral, dizemos que nos sentimos cansados quando entramos em uma discussão, seria interessante transformar o cansaço em curiosidade”.

A especialista continua: “o ato de cancelar revela uma necessidade muito grande de que justiça seja feita, ao mesmo tempo que revela o quanto estamos perdidos sobre como pode ser alcançada. O sistema judiciário que nós temos, não está funcionando tão bem quanto o esperado, e nós estamos buscando outras formas. Quem cai nessa de cancelamento está perdido em relação ao o que é justiça.” O aumento das interações virtuais, junto com a carência no judiciário, trouxe uma espécie de “tribunal da internet”, onde qualquer pessoa exerce papel de juiz ou por um simples comentário torna-se réu.



Karol Conká e o cancelamento no BBB

© Reprodução/Globo

© Reprodução/Globo

Um álbum de uma só canção: a falta de diversidade na indústria da música

Após a 63ª edição do Grammy ser marcada por polêmicas, novamente ficou evidente a necessidade de um cenário musical mais inclusivo

Por Aline Freitas, Beatriz Vasconcelos, Catharina Moraes, Felipe Lopes, Gabriela Costa, Jessica Midori, Ligia Sampaio e Mariana Carneiro

A indústria da música está presente ao redor do mundo há anos, acompanhando todas as mudanças que ocorrem através de letras e melodias que transmitem uma mensagem. Entretanto, é notável que, ao passar do tempo, seu propósito foi se perdendo em meio a comercialização da arte. A música deixou de ser uma manifestação e se tornou um produto. Antigamente ela criava padrões; hoje, os segue. A busca pelo lucro é o que move a indústria musical. Desse modo, a qualidade essencial de uma música, na maioria dos casos, acabou deixando de ser a sua prioridade e o fator comercial virou decisivo.

A “música popular” torna-se preferência na propagação midiática, restringindo e tornando o topo das paradas exclusivo a apenas um estilo musical e um pequeno grupo de artistas que constantemente se encontram relevantes na indústria, os quais são impulsionados por grandes gravadoras.

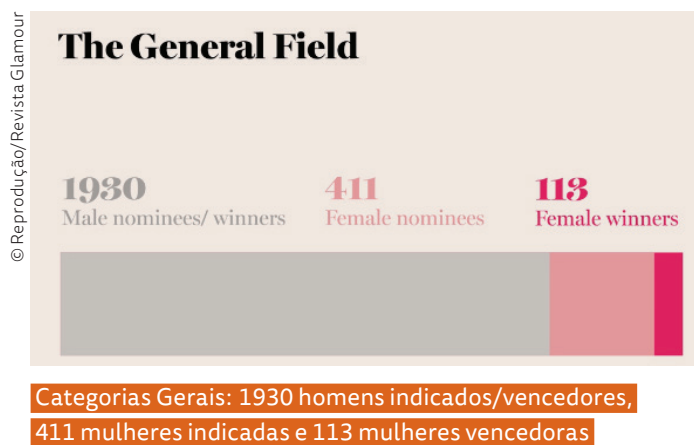
As empresas com alto poder influenciador na mídia possuem contatos e uma alta verba que, auxiliam na divulgação do trabalho de seus artistas contratados. Esse fato é prejudicial, pois tira a oportunidade de novos artistas independentes ascenderem e trazerem consigo mais variedade. Essa seletividade musical se manifesta em todos os cenários, como nas rádios, programas de televisão, e premiações.

Mulheres no Grammy

Dentre as premiações no ramo da música, a principal é a cerimônia do Grammy Awards, realizada pela primeira vez em 4 de maio de 1959, contemplando os sucessos lançados no ano anterior e que, desde então, continua acontecendo anualmente. Ao longo das décadas, muitas categorias foram excluídas da premiação, como as de “Melhor Performance Vocal Feminina/Masculina” (1959-2011), separadas por estilo musical específico – country, pop etc. Essa divisão nas premiações vem sendo alvo de críticas há alguns anos, principalmente por pessoas não-binárias que apontam essas categorias como excludentes.

Apesar de não ter mais divisões por gênero, o Grammy ainda possui um histórico de falta de representatividade feminina. Segundo uma pesquisa realizada em 2018, pela revista Glamour, dentro das categorias principais – Gravação do Ano, Álbum do Ano, Música do Ano e Artista Revelação – das 2.454 nomeações realizadas desde o início da premiação, 21% eram mulheres e apenas 23% delas venceram.

O prêmio de “Música do Ano”, o qual se destina aos compositores, possui a menor quantidade de mulheres nomeadas, revelando a visão da academia: querem ouvir os vocais femininos, mas não necessariamente o que elas têm a dizer. Por outro lado, dentre as principais categorias, a que mais possui mulheres indicadas é a de “Artista Revelação”, um reflexo de como elas são tratadas pelo Grammy. São aclamadas como principiantes, mas não vistas como nomes de peso.



O abismo entre brancos e negros

Nos últimos anos, a academia vem se esforçando em reconhecer a inegável contribuição feminina ao mundo da música, incluindo cada vez mais mulheres nas listas de indicados ao prêmio. Esse aumento da representatividade feminina, no entanto, não veio acompanhado de um recorte racial. Mesmo que mulheres negras recebam algumas indicações e sejam até mesmo convidadas a se apresentar na premiação – a cerimônia de 2021 contou com performances de Megan Thee Stallion, Cardi B, DojaCat, Brittany Howard e Mickey Guyton –, poucas realmente receberam algum prêmio. A rapper Nicki Minaj é um exemplo que, embora tenha sido indicada dez vezes desde o início de sua carreira, nunca recebeu uma condecoração. A cantora chegou a criticar o racismo da academia em suas redes sociais, afirmando que foi boicotada.

Além disso, na maioria das vezes, artistas negras recebem nomeações apenas em divisões secundárias, não concorrendo às categorias principais. Até mesmo Beyoncé que, detém o recorde da mulher que mais ganhou Grammys, sendo 28 no total – possui um único prêmio por uma categoria principal, de “Música do Ano” em 2010, pelo sucesso “Single Ladies”. A última vitória de uma mulher negra na

categoria “Álbum do Ano”, considerado o prêmio mais importante da noite, aconteceu há mais de 20 anos, quando Lauryn Hill foi premiada por seu álbum de estreia, “The Miseducation of Lauryn Hill”, em 1999.

O histórico de vencedores do Grammy comprova que as injustiças raciais não estão unicamente relacionadas às mulheres negras. Afinal, em 63 anos de premiação, apenas dez dos premiados por “Álbum do Ano” eram negros. Essa realidade levou Kanye West a promover o boicote à premiação através de um vídeo postado em seu Twitter, em setembro do ano passado, em que o cantor urinava em cima de seu

gramofone, refletindo sua completa insatisfação com a academia.

Há ainda o estigma de que artistas negros são unicamente ligados a categorias de rap e urban, como mostrou Drake, em 2017, quando levou o prêmio de “Melhor Canção de Rap”, com a música “Hotline Bling”. Segundo o cantor, a canção não tem uma parte sequer de rap, mas, por já ter feito

músicas desse estilo no passado ou por ser negro, acredita que a sua imagem já está atrelada ao gênero musical.

Na edição de 2021, sem quebrar o que parece ser uma tradição, a maior polêmica se deu por um boicote a um cantor negro. O astro canadense The Weeknd não foi indicado a nenhuma categoria com o seu aclamado álbum ‘After Hours’, mesmo o disco tendo recebido uma nota 80 no Metacritic e seu single ‘Blinding Lights’ ter sido a música mais ouvida no Spotify mundial em 2020. O cantor expressou o seu descontentamento pelas redes sociais. Em um dos posts, afirmava que a academia devia transparência a ele e a seus fãs.



The Weeknd segurando o troféu no clipe de “Save Your Tears”

© Reprodução

Para o New York Times, ele revelou que proibiu sua equipe de inscrever qualquer trabalho futuro na premiação. A falta de indicações foi uma grande surpresa para The Weeknd, pois, em suas palavras, a academia havia o convidado para se apresentar e até trabalhado em conjunto com o cantor para esse show. O artista também investiu em uma leve indireta para a academia no clipe de sua música "Save Your Tears", em que ele canta para um troféu e, logo em seguida, o arremessa longe.

Grammy 2021

A premiação anual da indústria da música, originalmente marcada para o dia 31 de janeiro de 2021, foi adiada para o dia 14 de março devido ao agravamento da pandemia do Covid-19. Os produtores tiveram a missão de se adaptar da melhor maneira possível para cumprir com os protocolos exigidos, como a remoção da plateia e a mudança de sua locação. Ainda assim, a premiação foi palco de diversos recordes e momentos memoráveis que marcaram a noite, entregando aos telespectadores um breve respiro da realidade atual, mas sem esquecer de mencionar os importantes ocorridos do ano de 2020. Houve uma emocionante homenagem aos que faleceram no último ano e tinham forte relação com a indústria musical, além das menções às manifestações do movimento Black Lives Matter, interligadas ao assassinato de George Floyd, como na apresentação do rapper Lil Baby, com seu hit "The Big Picture", e o prêmio de "Música do Ano" que foi concedido a H.E.R. pela canção "I can't breathe".

A 63ª edição do Grammy, além de histórica por acontecer em meio a pandemia, se tornou marcante também pela dominação feminina, seja nas categorias principais ou em número de prêmios a artistas. Taylor Swift, uma das recordistas da noite, venceu o "Álbum do Ano" com o aclamado "Folklore" tornando-se assim, a primeira mulher a vencer três vezes na categoria, empatando com Frank Sinatra, Stevie Wonder e Paul Simon. Além de Beyoncé, que bateu o recorde de artista feminina mais premiada da história. Como já mencionado, foi a mais indicada da noite, com nove nomeações, vencendo quatro delas. Sua filha, Blue Ivy, de 9 anos, ainda recebeu um gramofone por sua participação no

clipe de "Brown Skin Girl", sendo a segunda pessoa mais nova a ganhar o prêmio.

Outro momento ilustre da noite foi a comovente performance da cantora country Mickey Guyton, com a sua música "Black Like Me", transmitindo em suas letras, os seus sentimentos e a sua luta ao se envolver em um gênero dominado por mulheres brancas. A cantora, com sua indicação para melhor performance solo, se tornou a primeira mulher negra a ser indicada em uma categoria country. Esses acontecimentos, mesmo sendo raros e pontuais, são de grande importância para a luta feminina e negra, trazendo representatividade e cada vez mais inclusão, aos poucos, abrindo espaço para as novas gerações realizarem os seus sonhos.

A cantora Billie Eilish também marcou a noite. Ao receber o prêmio de "Gravação do Ano", e dedicar o seu discurso a Megan Thee Stallion, mostrou-se chocada por ter recebido o prêmio, afinal, tinha certeza de que Megan levaria o gramofone para casa, porque a cantora merecia muito mais do que ela própria. Com essa homenagem, é quase impossível não lembrar do evento de 2017 em que Adele, ao receber o prêmio de "Álbum do Ano", fez questão de declarar a sua admiração por Beyoncé e, assim como Billie, discordar da decisão da academia. Mais tarde, naquela noite, a cantora quebrou o gramofone ao meio, e especula-se que ela teria dado uma das partes para Beyoncé, a quem chamou de "artista da sua vida".

A xenofobia mascarada

A premiação, com seus objetivos de reconhecimento e prestígio das produções musicais anuais, contém falhas também na hora de compreender o multiculturalismo, com destaque a artistas estadunidenses e europeus e apagando as outras criações globais.

Existe uma fragmentação do prêmio denominado Grammy Latino que, engloba somente gêneros populares da região americana. Contudo, a falha se dá porque o consumo da música latina é global,



BTS, o primeiro grupo de k-pop a se apresentar na cerimônia do Grammy

principalmente as produções do gênero pop. O porto-riquenho Bad Bunny e o colombiano J Balvin são provas disso, aparecendo na lista dos três maiores artistas masculinos ouvidos em 2020 no Spotify.

Atualmente, há muitos sons *mains-treams* que ainda não fazem parte de um destaque da premiação. Um deles é o k-pop, um gênero sul-coreano, que desde 2014 vem conquistando uma vasta camada de fãs internacionais. Dentro dessa categoria, a banda BTS se tornou uma das mais populares e conseguiu uma nomeação para o Grammy de 2021. Contudo, comparado a dimensão do grupo, seu papel no show foi como de um famoso em uma minissérie decadente: rápido e para chamar mais atenção de um telespectador cansado da mesmice. A desconsideração da premiação com artistas crescentes não estadunidenses foi colocada em holofotes neste ano. Destacando também a Rina Sawayama que conquistou um grande espaço na indústria pop, com seu novo álbum denominado "Sawayama", e o grupo BLACKPINK que bateu este ano o recorde de grupo feminino com maior número de seguidores no Spotify (20 milhões). A indústria se apropria de um discurso de reconhecimento, porém é possível compreender que há uma dominação da produção cultural e um vazio na representação.

O Grammy tentou ser mais inclusivo esse ano, destacando artistas negros e mulheres, além de trazer um apresentador sul-africano, Trevor Noah. Apesar dessa tentativa, ainda existem muitas contradições no que diz respeito à diversidade visto que, historicamente, a premiação possui um caráter excludente das categorias principais.

Esses paradoxos nos fazem questionar se a academia está usando uma falsa diversidade como um discurso para mascarar sua reputação numa tentativa de calar o público, os críticos e diversos artistas como Eminem, Kanye West, Tyler The Creator, Zayn Malik, Jay-Z, Frank Ocean e outros que apontam a problemática de uma premiação majoritariamente branca.



Taylor Swift e Beyoncé: ambas conquistaram marcos históricos na cerimônia do Grammy de 2021

Os desafios das mulheres no mundo dos games

Mesmo sendo maioria entre os gamers brasileiros, o público feminino ainda encontra obstáculos para ganhar espaço e respeito

Por Julia Silva Tavares, Pedro Catta-Preta Martins e Tiago Herani Oliveira

Na sociedade patriarcal na qual vivemos as mulheres precisam lutar pelo seu espaço e para que suas vozes sejam ouvidas. Da política pública às empresariais, dentro ou fora de casa, é comum que elas sejam tratadas como inferiores ou menos capacitadas. Esse fenômeno é fruto do machismo estrutural enraizado até os dias de hoje em nossa cultura e que se encontra nos mais diversos campos da sociedade. O mundo dos games não é uma exceção.

Apesar de, pelo quinto ano seguido em 2020, terem sido a maioria entre os gamers brasileiros, segundo a 7ª edição da “Pesquisa Game Brasil”, as jogadoras ainda são tratadas como se não pertencessem a esse sistema e sofrem os mais hediondos tipos de assédio dentro dos jogos, desde xingamentos a ameaças reais, todos com cunhos machistas.

As falas em jogos online são um reflexo da sociedade preconceituosa em que vivemos, explica Malu Lufti, jornalista e autora do Trabalho de Conclusão de Curso “Mulheres no controle”, em entrevista ao **Contraponto**. “Vivemos em uma cultura que foi construída em cima do machismo e muitos outros preconceitos”.

A agressividade contra as jogadoras chega a ser tanta que muitas mulheres não se sentem confortáveis para se identificarem com o sexo feminino em ambientes online. “Jogo de maneira competitiva há muito tempo, mas só comecei a ter orgulho de falar no jogo que sou mulher muito recentemente. Como muitas outras meninas, ficava escondida em ‘nicks’ [apelidos] que não explicitavam que eu sou mulher” afirma Lufti. A gerente de planejamentos da Furnace Esports, Tabata Camargo, possui uma experiência parecida com a escolha de seu nome nos jogos. “Eu nunca sofri [assédio moral] porque eu não uso *nick* feminino nos jogos, uso um *nick* masculino pra já não correr esse risco”.

Para Camargo, a toxicidade do cenário não pode ser explicada por só um ponto, mas sim por diversos fatores que se tornaram uma bola de neve. “A gente tem a hipersexualização de personagens femininas, a comunidade em si – que é machista assim como qualquer meio da sociedade – e o fato de os homens não aceitarem muito bem que mulheres sejam melhores ou tão boas quanto eles em algumas coisas.”

Os jogos são, por essência, instrumentos de interação social entre as pessoas e, na era digital em que vivemos, essa função foi aprimorada, permitindo que pessoas

se conectem e joguem juntas os mais variados jogos sem precisar sair de casa. No entanto, apesar de ser uma incrível ponte entre pessoas distantes, a internet também pode ser usada como um canal de propagação de violência, ódio e machismo, o que explica os diversos tipos de assédios constantes sofridos pelas jogadoras.

Essas atitudes por parte dos jogadores têm relação direta com a falsa sensação de segurança do agressor, que o leva a praticar ações que nunca praticaria fora do mundo virtual, como exemplifica o ex-dono de rede social, Orkut Buyukkokten em entrevista ao site CanalTech. “As mídias sociais deixaram o bullying mais fácil, porque é mais simples intimidar alguém e não ter consequências diretas”. Mais do que o bullying, no entanto, o anonimato digital tem propiciado a violência contra mulheres com muita frequência nos jogos de vídeo game. “Jogo vídeo game há 15 anos e já sofri muitos casos chatos na comunidade online”, lamenta Lufti.

Mas, se há violência, agressões verbais, entre outros, onde está a punição? Perante a lei brasileira, atitudes consideradas crimes de ódio no mundo offline também se aplicam ao virtual, mas nem sempre a justiça é aplicada. As plataformas de jogos geralmente possuem a opção de reportar comportamentos agressivos e preconceituosos, porém, as punições raramente vão além de suspensões ou, no pior dos casos, um banimento permanente de conta. Considerando-se ainda a dificuldade de chegar em um agressor através de um perfil online, que sequer exige o uso de qualquer dado pessoal legítimo, são praticamente nulas as possibilidades de punição judicial.

Dentro do cenário competitivo, as mulheres também saem na desvantagem. Nas competições oficiais de League of Legends, por exemplo, não há nenhuma menina competindo no campeonato principal (o Cblol) e apenas 5 foram escaladas para o Academy (campeonato diretamente abaixo do Cblol) esse ano. A equipe de narração possui proporções um pouco mais igualitárias, com uma jornalista que atua ativamente no Cblol e três mulheres que narram e analisam os jogos do Academy – os outros oito narradores são homens.

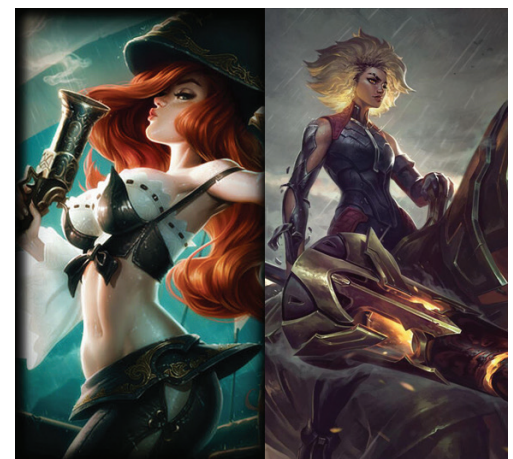
“Um homem entra no cenário competitivo já ‘hypado’ – o público já espera grandes coisas dele. A mulher não tem essa chance. Ela tem que se esforçar três vezes mais, tem que ser muito mais que uma jogadora mediana pra conseguir ter uma chance”, enfatiza Camargo.

“As mulheres não são influenciadas a jogar desde cedo. Isso é uma cultura familiar, social; não são influenciadas a trabalhar nessas áreas, a ganhar dinheiro com isso” aponta Lufti. “Eu já vi várias que desistiam de jogar por estar em uma comunidade que não respeitava o gênero delas”.

Além de uma comunidade que já nasceu machista por conta de fatores socioculturais externos, os jogos online possuem outros pontos que geram ambientes pouco favoráveis para a criação de uma base de jogadores diversa, como a hipersexualização de personagens femininas, que, além de retroalimentar a objetificação feminina pelo público masculino, pode causar impressões negativas em jogadoras que não se identifiquem com suas heroínas.

Lufti possui uma posição muito clara quanto a isso. “As empresas vão acabar modificando o posicionamento delas e a produção dos jogos, colocando mais personagens femininas não sexualizadas, exatamente para fazer uma inclusão de mercado que é necessária, pois a gente vive um momento que é de inclusão, no qual as minorias precisam ser escutadas e precisam ser incluídas”.

De fato, é nítido o amadurecimento de algumas empresas quanto ao design de suas personagens ao longo dos últimos anos. Não somente jogos novos como também títulos já bem estabelecidos no mercado como League of Legends estão se repaginando para trazer diversidade e empoderamento as suas personagens, com corpos femininos mais realistas e igualmente fortes. Apesar de alguns jogos ainda conterem personagens hipersexualizadas, a melhora gradual geral é nítida.



Miss Fortune (à esquerda), lançada em 2010 e Rell (à direita), lançada em 2020. Ambas são “campeãs” do jogo League of Legends, da desenvolvedora Riot Games e retratam as mudanças nos conceitos de design de personagens femininas da empresa

© Riot Games

O que há por trás do sucesso de Torto Arado?

Ao desnudar o Brasil profundo, a obra de Itamar Vieira torna-se um clássico instantâneo pela crítica e pelo público



© Reprodução/Vaneza Nunes

Um dos livros mais vendidos do ano

Por Gabriel Tomé, Laura Augusta e Matheus Rheda

O mercado editorial brasileiro foi surpreendido nos últimos meses pelo sucesso de *Torto Arado*, escrito por Itamar Vieira Junior e publicado primeiramente pela editora LeYa, em Portugal. Até março deste ano, já havia vendido mais de 100 mil exemplares, um número notável para a ficção nacional. Vencedor do Jabuti, na categoria Romance, e do Oceanos, a obra gira em torno de duas irmãs, Belonisia e Bebianá, nascidas no agreste baiano, e as consequências que enfrentam depois de um acidente doméstico.

A história é marcada pela essência atemporal, uma vez que os eventos descritos em suas quase 300 páginas poderiam se passar tanto em um Brasil escravocrata quanto em um Brasil de Bolsonaro. Salvo algumas passagens que são mencionadas em sua linha do tempo – como uma Ford Rural, modelo popularizado na década de 70, ou uma referência à revolução de 30.

O cenário revela a exploração de trabalhadores rurais, presos a um sistema que ainda preserva valores de exclusão racial. A figura do capataz, o sujeito terceirizado pelo proprietário da fazenda para administrar seus empregados, se faz presente cometendo abusos. É neste espaço que crescem as duas irmãs, porém suas vivências não se resumem à questão fundiária, permeando também a descoberta de gênero, classe e etnia.

Os temas abordados pela narrativa interseccional de *Torto Arado* criam uma identificação com realidades que ganharam holofotes em 2020, um ano marcado

pela pandemia, mas também pela explosão de demandas sociais – seja pelo assassinato de George Floyd em maio, o descaso federal com grupos indígenas e quilombolas ou a desigualdade social trazida à tona pelo surto da Covid-19.

Como explica a especialista de literatura contemporânea da Universidade de Brasília, Regina Decastagnè em entrevista ao **Contraponto**: “A acolhida que o livro recebeu, tanto da crítica quanto do público leitor tem a ver com o fato do romance dialogar com demandas políticas represadas, como a de uma representação mais sofisticada de problemas relativos às questões de raça e gênero [...] É toda essa construção política e estética que o torna tão interessante e importante para o conjunto da literatura brasileira.”

Além disso, o enredo evoca a representação universal do luto. O autor afirma, em entrevista ao programa *Roda Viva*, que o maior tema da literatura é “o luto que nós temos vivido desde sempre. Uma coisa que se acaba”. Suas palavras conversam diretamente com o momento de pandemia no qual estamos vivendo, uma vez que o romance dialoga com a sensação constante de perda.

A história das duas irmãs alcançou primeiro lugar nas listas de mais vendidos de ficção no Brasil. Sua temática aliada a um engajamento de leitores nas redes sociais aumentou ainda mais sua demanda. Foi nos últimos meses de 2020 que a pesquisa do termo *Torto Arado* deslançou, segundo o Google Trends, atingindo seu ápice em fevereiro deste ano.

Desde então, Itamar Vieira, além de conquistar prêmios, tornou-se colunista do jornal *Folha de S. Paulo*, teve sua obra traduzida para o inglês, francês, espanhol e italiano e os direitos do projeto vendidos ao cinema, na esperança de se tornar uma série de TV. Ademais, o autor foi assunto para inúmeras reportagens e programas de entrevista, fazendo com que seu romance recebesse uma publicidade maior ainda. Depois de dois anos desde a publicação bem-sucedida, Itamar Vieira pretende lançar um novo livro em junho, com detalhes ainda em sigilo.

Representatividade, mas nem tanto...

Historicamente, autores negros têm experienciado um processo chamado de *epistemicídio*, ou seja, têm sua obra e nomes invisibilizados, sendo que uma parcela mínima deles teve espaço e reconhecimento pelo grande público.

Uma pesquisa divulgada pelo Grupo de Estudos em Literatura Brasileira Contemporânea da Universidade de Brasília (GELBC), que analisou a produção literária do país em três períodos distintos, partindo de 1965, constatou que autores brancos representaram 97,5% do produzido entre 2005 e 2014.

Em 2019, o tradicional prêmio concedido pela Câmara Brasileira do Livro, o Jabuti, depois de mais de seis décadas de existência, laureou uma escritora negra como personalidade literária do ano, Conceição Evaristo, pela primeira vez.

Contudo, as questões trazidas por *Torto Arado* não são inéditas à literatura brasileira contemporânea, tendo em vista a popularidade do ensaio “Pequeno manual antirracista”, da filósofa e militante negra Djamila Ribeiro, que figurou na lista dos mais vendidos em 2020, mesmo ano em que o Jabuti a agraciou na categoria de ciências humanas.

Outros contemporâneos como “Marrom e Amarelo”, de Paulo Scott, ou o livro do ano pelo Jabuti, “Solo para Vialejo”, de Cida Pedrosa, vêm adicionando diversidade à ficção nacional, discutindo pautas sociais, além de angariar diversos prêmios.

Editoras independentes e de pequeno porte possuem um papel fundamental nesta produção, sobretudo por permitirem uma maior liberdade do escritor com sua obra. Desta forma, são realizadas publicações com propostas afastadas da concepção tradicional do mercado. Decastagnè destaca:

“Sempre me impressionou o fato de o mercado editorial brasileiro não perceber que existia aí [na abordagem do Brasil profundo] um grande filão a ser comercialmente explorado. Acho que houve uma recusa em aceitar que o público leitor vem se transformando nos últimos anos, que ele deixou de ser exclusivamente branco, de classe média e morador das grandes cidades.”

Porém, segundo Regina, ainda é cedo para afirmar que a absorção dessas temáticas é uma tendência permanente na literatura brasileira contemporânea, já que as grandes editoras podem observar o interesse do leitor com essas pautas como algo temporário.

Novo álbum de LEALL traz inovação musical ao retratar a violência e desigualdade presente nas favelas

Por Sarah Catherine Seles

Arthur Leal, 19, mais conhecido como LEALL, criado na zona norte do Rio de Janeiro, no bairro Marechal Hermes, começou a se destacar na cena musical em 2019 com a produção de singles e, neste ano, lançou "Esculpido a Machado", seu primeiro álbum.



Capa do álbum "Esculpido a Machado"

Em entrevista à Folha de S.Paulo, LEALL afirma que "quis passar a violência como algo cotidiano. As crianças estão ali [na capa do disco] de forma sutil, brincando, e a violência está em torno delas. Na minha mente, a capa gira muito mais em torno das crianças do que de mim e das armas. É sobre eles estarem nesse meio, brincando e estudando, enquanto tudo isso acontece."

Além da mescla de estilos, – principalmente do Grime, Drill e Funk – LEALL se inspira em muitas fontes que vão desde o Mano Brown e Skepta até Jorge Aragão e Ed Motta. O rapper também traz referências da literatura e do cinema na construção de suas letras. Para compreender melhor as inspirações do rapper na mudança dos beats e na forma de rimar, é necessário entender que o Grime e o Drill são considerados estilos violentos, como reflexo direto da realidade das periferias e bairros vulneráveis econômica e socialmente, onde o crime é presente. Os cantores falam sobre suas realidades, medos e experiências.

Ao ser perguntado sobre a violência em suas letras, em entrevista à gravadora KOPO, LEALL afirma que a música é um reflexo da realidade. "Você não vai fazer uma música falando de coisas lindas, de viagens maravilhosas se você não fez viagens maravilhosas e vive uma realidade massacrante", afirma ele. A música é uma saída, "é uma maneira que a gente encontra de retratar nossa realidade e fazer isso ser bonito. Pra mim isso que é arte".

O álbum conta uma história em ordem cronológica, desde o interlúdio "Na barriga da miséria" que é uma introdução à narrativa, até a última faixa "Pela minha área" que olha com ternura para seu lugar de origem – "A minha área é minha escola // Eu sou espelho pra esses jovens". A estrutura é inspirada em outros cantores que criam letras parecidas com crônicas, como o MV Bill e Racionais Mc's.

Após contextualizar o ouvinte por meio de dados sobre a realidade das periferias brasileiras, a frase final do interlúdio avisa: "A história que você vai ouvir agora é uma história que acontece com pelo menos 2 em cada 10 jovens do meu bairro, que na barriga da miséria nasceram brasileiros" e em seguida homenageia silenciosamente a centenas de jovens assassinados, vítimas da violência.

A segunda faixa intitulada "Pedro Bala" faz referência direta a obra de Jorge Amado, "Capitães da Areia" e reflete sobre sua realidade que se assemelha à guerra. Ele também reflete sobre qual é seu destino em meio a violência e como estar imerso na situação te faz não enxergar além e ficar preso na bolha.

Ao explicar a letra de "Pedro Bala" para a Genius Brasil, o cantor se identifica com a analogia presente nas seguintes estrofes:

*"Eu sou o pino da granada (Bala)
A culpa é minha se ela explodir?
Como se eu escolhesse destruir
Se esqueceram por quem que eu fui feito
Minha função é sempre ser o suspeito
E eu só entro se arma não suprir
Que eu dependo de mãos pra existir
Meu país é a porra de um dedo"*

O pino da granada é resultado do sistema e é gerada e executada por ele. "Se você não me colocasse numa granada, eu não explodiria" – explica LEALL. O último verso responsabiliza o país por acionar a granada, "é o nosso país que planta o caos, planta a desordem no meio do povo", completa o cantor.

As duas próximas faixas "Duas Pistolas" e "Desfile Bélico" retratam o tráfico e a violência policial presente dentro das periferias. O que se relaciona diretamente a realidade brasileira. Como apontam os dados divulgados pelo Atlas da Violência de 2019, realizado pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e pelo FBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública), em 2017 o país atingiu a taxa de 31,6 mortes violentas a cada 100 mil habitantes e a maior parte das vítimas são homens negros e periféricos de 15 a 29 anos, sem ensino médio completo.

*"Eles falam que é pra pacificar
Nós sabe bem que é pra oprimir
O Iraque é aqui!
Operação na hora de estudar"*

O rapper passa ainda pela insatisfação e banalização da realidade e o que é vivenciar o crime e a violência diariamente com as trocas de tiro constantes nas comunidades cariocas. De acordo com o IPS (Instituto de Segurança Pública), na favela Rio das Pedras, que é dominada por milicianos, as mortes decorrentes de intervenções da polícia representam 78,5%. Já na Rocinha 86,6% das mortes representa os homicídios dolosos que, de acordo com pesquisadores e autoridades do Rio Janeiro, é resultante da guerra que ocorre entre facções do tráfico.

*"Bala perdida, alma jogada
Mais um corpo caído na calçada"*

Com grande destreza e como alguém que vê de perto o crack consumindo famílias, o MC conta a história de destruição resultante do vício em drogas na música "Pedras Amarelas". A faixa também critica a falta de políticas públicas que de fato auxiliem dependentes químicos.

*"Nas comunidades ela fez estrago
Tipo as operações feitas pela polícia
E você preferia vender ou comprar?
E a saúde pública se nega a enxergar
que quanto mais abandonar, mais a merda alastra
(...)
Literalmente um genocídio, pedras amarelas"*

A música "Cadeia ou morte?" reflete sobre os únicos dois futuros possíveis e qual deles é o "menos pior", quando não há outra saída visível. Em sequência, "Posso mudar meu destino" fala sobre o racismo e sobre uma esperança no meio de todos os problemas de que o destino dos jovens negros não precisa ser cadeia ou morte.

*"Sem desespero jovem negro
Você pode escolher seu caminho"*

A última faixa, "Pela minha área", segue o tom esperançoso e reforça que ele é menos uma estatística e que outros jovens podem seguir o mesmo caminho.

*"Eu sou menos um na estatística
Menos um na estatística homicida do estado
Menos um negro que não passou dos 18 anos"*

"Esculpido a machado" é um marco na cena do Grime/Drill brasileiro e LEALL é um artista novo que já mostrou muitas coisas e ainda tem muito para entregar.

Histórias Datilografadas

Por Victoria Nogueira

SEBOS SÃO FORMIGUEIROS DE VELHARIAS que por dias, meses e anos, buscam novos lares. São Paulo está repleta deste segmento de loja em suas calçadas centenárias do centro.

Juntamente dos verdadeiros mundos que se escondem por trás das fachadas, os comércios de usados são palcos para o contar de histórias, e não me limito às escritas por Machado de Assis e Dostoiévski.

Me refiro às proferidas silenciosamente pelos objetos que não trazem consigo palavras letradas tampouco emanam canções, e que estão igualmente presentes no espaço cuja sinalização pode ser um tanto imprecisa aos inexperientes descobridores, pois bastam dois passos para sair da seção de literatura e entrar, ainda que por engano, na de Medicina.

Às vésperas de meu aniversário de 19 anos, eu me via perdida entre os discos de vinil de um sebo que sequer existe mais. Não perdida, no sentido de não saber aonde ir, mas de não conseguir assimilar tamanha variedade que era me dada em um roteiro que eu poderia escolher de Mozart a Tom Jobim, Janis Joplin e Cazuza.

No entanto, nenhum dos encartes com suas fotos perfeitas me chamaram mais a atenção que a grande estrela daquele dia: a velha máquina de escrever, uma Olivetti Lettera 35i, que hoje é moradora do décimo nicho da estante do meu quarto.

“Linda, linda!”, falava a voz em minha mente que contrastava com o brilho nos olhos. Naturalmente, a engenhoca apresentava marcas do tempo, tal como uma senhora da mesma idade. Nada que lhe tirasse a beleza e elegância. Ao contrário, o seu teclado incompleto e que traçava o desenho de um sorriso desdentado demonstrava que a não faltaram folhas a serem datilografadas.

Ali, talvez tenham tocado as mãos de jornalistas, escritores apressados, funcionários de um escritório de contabilidade. Ou, simplesmente, uma carta de amor nunca correspondida, um telegrama que expressava a saudade do filho pela mãe que deixara no Nordeste.



©Acervo Pessoal

Dona de um passado desconhecido, a máquina de escrever permanece muda frente ao ano que mal se inicia.

.....

Aquele objeto que, para o dicionário, era a “coisa material percebida pelos sentidos”, carregava em seu corpo metálico uma memória que era desconhecida por todos, inclusive por ele. Era, afinal, “apenas” uma “coisa”.

A minha imaginação sonhadora, anos após a sua compra, insiste em encenar a imagem de um escritor compondo ao ritmo da inconfundível trilha sonora do “tuc, tuc”, orquestrada a cada dedilhar na máquina. Ah! E quantos poderiam ter sido! Ferreira Gullar, Jorge Amado, Lygia Fagundes Telles, Rachel de Queiroz...

A única pista acerca de seu passado é que foi fabricada ao engatinhar da década de 80. Logo, foi testemunha do dia marcado pela queda do Muro de Berlim, e do aguardado 15 de janeiro de 1985 quando João Baptista Figueiredo, enfim, se tornou ex-presidente do Brasil.

Agora, ela permanece muda frente ao ano que mal se inicia. Está cansada e já não funciona como antes. Provavelmente os pesares da idade chegaram. Ou são os meros resquícios da fadiga provocada pelas reportagens que, do quarto, ela escuta embasbacada.

E mesmo a Olivetti, que viu o declínio de governos autoritários e, quem sabe, ajudou a escrever a promessa de que tempos melhores viriam, se pega posta em uma realidade capaz de colocar em xeque o valor daquelas palavras. Está farta dos que não aprenderam com a história que tão bem ela viu.

Substituída pelos computadores como em um passo de mágica, o destino da máquina de escrever não poderia tê-la levado a um caminho diferente ao da loja de usados. É para o sebo, aliás, que geralmente seguem as antiguidades de homens e mulheres quando partem desta para uma melhor. E quantas Olivetti's não estarão órfãs? As de Aldir Blanc, Rubem Fonseca, Nicette Bruno, Moraes Moreira, certamente estarão.

365 dias de sonho vivo: atletas olímpicos mantêm a esperança em meio a um ano de incertezas

Adiamento dos Jogos Olímpicos de Tóquio afeta psicológico, rendimento e coloca importância cultural do evento em risco



© Reprodução/Twitter @Tokyo2020

"A chama olímpica continua iluminando o mundo do Japão! O caldeirão já está aceso para o início do #OlympicTorchRelay, cerimônia da Prefeitura de Fukushima."

Por Isabella Pugliese Vellani, Maria Sofia Aguiar e Rafaela Guazzelli Dionello

No dia 26 de fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde confirmou o primeiro caso de um paciente contaminado pela COVID-19, em São Paulo. Enquanto tudo era cercado de incertezas e novidades, governos de todo o mundo buscavam a forma mais eficaz de conter o novo vírus. Pouco menos de um mês depois, Thomas Bach, presidente do COI (Comitê Olímpico Internacional), revelou que os Jogos Olímpicos de Tóquio-2020 seriam adiados em um ano, sob alegação de ser inviável a realização do evento em um contexto de pandemia. O anúncio foi feito quando o mundo ainda contabilizava 9.596 mortes. E foi aí que a dúvida surgiu: o que iria acontecer com os atletas e como essa decisão impactaria o esporte? Hoje, com os Jogos previstos para julho, o número ultrapassa a triste marca de mais de 2,7 milhões de mortes e 123 milhões de casos.

Apesar da sensatez na decisão do adiamento, não se pode negar as consequências que isso causou e ainda causa para os atletas e para o esporte. A necessidade dos treinamentos em casa foi uma das grandes adversidades que esse adiamento resultou.

"Nós precisamos treinar, precisamos dar o nosso melhor na competição. Eu

acho que seria injusto num país onde as pessoas estão completamente proibidas de sair de casa, eu tendo a possibilidade de treinar em casa (...) competir com pessoas que moram em um apartamento e não tem [oportunidade de treinar em casa]. Vamos batalhar. O sonho continua!", disse o atleta do arremesso de peso Darlan Romani, em depoimento à ESPN Brasil.

Para manter o bom rendimento e alta performance, atletas profissionais precisam realizar treinos diariamente. Em uma situação de pandemia, por não poderem praticar suas modalidades nos centros de treinamento, eles não utilizam equipamentos ideais e não são supervisionados pessoalmente por médicos, fisioterapeutas e treinadores.

O conjunto desses fatores antecede o quebra de ritmo e lesões, as quais podem definir a participação de um esportista nos Jogos. Dessa forma, há uma frustração que pode desencadear em ansiedade e depressão. O que também pode vir a ser um desgaste emocional são as perdas de patrocinadores – afinal, os campeonatos estão paralisados e não seria possível um retorno financeiro ao competidor.

© Franck Fife/ AFP



Darlan Romani, atleta de arremesso de peso, nos Jogos do Rio 2016, em que ficou entre os 5 melhores da modalidade

Segundo Renato Miranda, pesquisador da área de psicologia desportiva, quando há um adiamento na agenda do atleta, surge um sentimento de frustração grande, capaz de aumentar suas tensões. “O atleta passa a agir em um ambiente de incertezas”, diz.

Um estudo realizado na Universidade de Stanford com 131 esportistas confirmou que um em cada cinco atletas relatou falta de motivação para treinar durante a pandemia.

“Lembro que, na primeira semana [após o adiamento da Paraolimpíada para 2021], a motivação estava meio que caindo. Na quinta para a sexta semana [de quarentena], já não estava com vontade de seguir a dieta, porque é difícil. O atleta de alto rendimento está acostumado com uma carga de treino muito alta, então, do nada, você ter essa carga inteira e nada [de competição] para fazer por muito tempo, acaba sendo deprimente”, disse o nadador paraolímpico Phelipe Rodrigues, em entrevista à Agência Brasil.

Outro “setor” que foi atingido com a modificação inédita de data diz respeito ao limite de idade para jogadores de futebol masculino. Essa é a única modalidade que possui limite etário máximo: 23 anos. Porém, ainda em março de 2020, a FIFA, em conjunto com o COI, decidiu aumentar o teto para 24 anos. Assim, os 11 dos 23 jogadores da seleção, que seriam dispensados, tornaram-se elegíveis e os três concorridos postos sem limite de idade poderão ser disputados por outros grandes nomes, como Neymar e o goleiro Alisson.

É evidente que, no Brasil, o futebol masculino é o grande alvo dos holofotes da imprensa esportiva e da população. Com os Jogos, atletas de diversas modalidades ganham a oportunidade de fazer

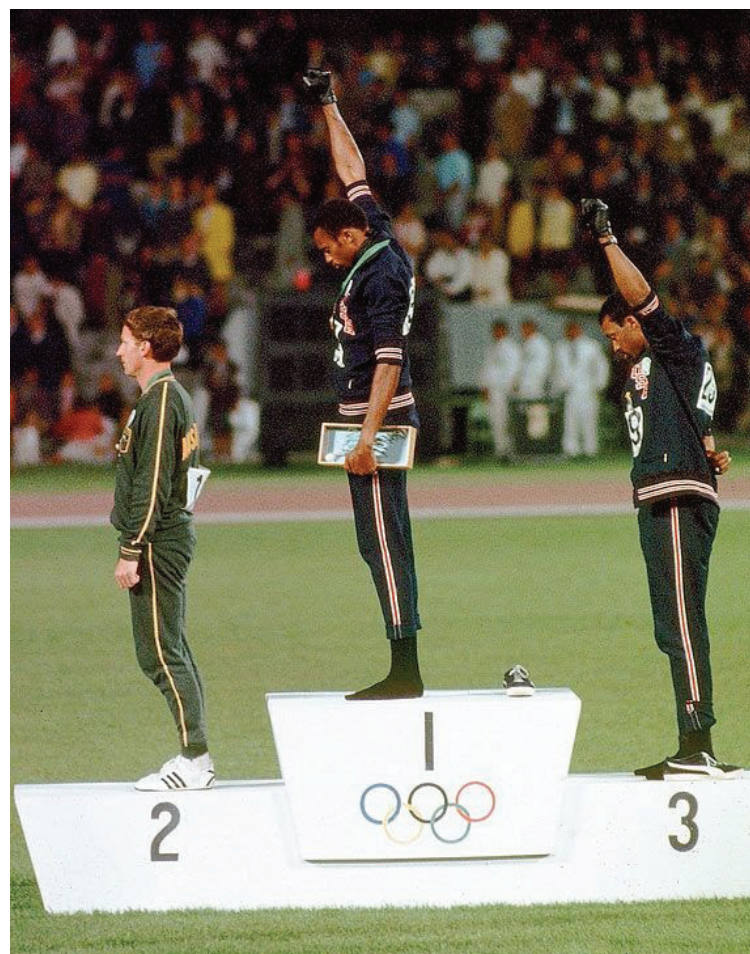
história e conquistar reconhecimento já que, durante o período em que não ocorrem disputas de um porte tão grande como as Olimpíadas, eles são pouco ou quase nunca mencionados. Artes marciais, surfe, skate, handebol, esgrima, hipismo, entre outros, têm uma oportunidade única e valiosa a cada 4 anos. Para a grande maioria dos atletas, o seu sustento vem somente dos esportes e, com o adiamento de um ano da competi-

ção, são 365 dias sem uma considerável estabilidade financeira.

Os Jogos são necessários para lutar por uma causa e, até mesmo, conhecê-la. Os esportes são considerados um espelho da sociedade e podem servir como apelo e expressão política sociocultural em algumas ocasiões. Por meio desse grande evento, podemos conhecer culturas diferentes e movimentos de resistência de inúmeros países.

Por exemplo, em 1968, Tommie Smith e John Carlos protagonizaram o protesto

Panteras Negras: Tommie Smith e John Carlos com os punhos erguidos em protesto contra a segregação racial dos EUA, nos Jogos de 1968



© Reprodução/Brasil de Fato

pela vida do povo negro norte-americano, durante a premiação das Olimpíadas, na Cidade do México. Tal gesto serviu como inspiração para essa luta continuar em outros âmbitos da sociedade. Pode ser que, se não fosse pela proporção do evento, não haveria tamanha visibilidade e outras manifestações poderiam deixar de ser desencadeadas.

A professora Katia Rúbio, da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo (EEFE-USP), mencionou para Agência Brasil como o adiamento pode trazer uma consequência simbólica para a humanidade.

“É a quebra de um ritual sob o qual nasceram os Jogos Olímpicos, que é o respeito ao calendário quadrienal conforme acontecia na antiguidade. Diferentemente de uma Copa do Mundo, que também atrai um grande número de telespectadores, ou uma final de um Superbowl, o que nós temos nos Jogos Olímpicos é uma tradição mítica que, ao mudar a data original dos Jogos, acaba se perdendo. Esse esvaziamento simbólico, com essa transferência, coloca em risco a queda de importância dos Jogos Olímpicos do ponto de vista do imaginário popular, podendo transformá-los em apenas mais uma competição esportiva”.

O embate entre o futebol e a crise sanitária da Covid-19 no Brasil

Especialistas em infectologia, governos estaduais e entidades esportivas disputam o rumo de campeonatos durante o ápice da pandemia no país

Por Gabriel Aragão, Giovanna Rahhal e Ligia de Toledo Saicali

O futebol brasileiro iniciou a temporada de 2021 durante a maior alta registrada de casos e mortes pelo novo coronavírus. Com média móvel de 3.000 óbitos atingida no fim de março, campeonatos submetidos à Confederação Brasileira de Futebol (CBF) seguem com as atividades inseridas em conjuntura crítica: 17 estados e o Distrito Federal têm mais de 90% de suas UTIs ocupadas. Campeonatos estaduais lidam com o adiamento ou cancelamento frequentes de suas partidas por determinações das esferas de governo locais, que objetivam conter o vírus.

Na contramão de medidas preventivas, federações do esporte descartam a possibilidade de remarcar as disputas em um calendário já apertado pelo impacto da pandemia em 2020, e procuram cidades com menor adesão a políticas de combate à doença, onde as partidas possam ser realizadas.

Com o primeiro caso de Covid-19 registrado em 26 de fevereiro de 2020, o futebol no Brasil havia sido completamente interrompido em 16 de março. O primeiro jogo após a paralisação ocorreu em junho do mesmo ano, entre Flamengo e Bangu, pelo Campeonato Carioca de Futebol, sem a presença do público. Os campeonatos estaduais voltaram gradualmente e o calendário nacional foi finalizado este ano, abrindo uma exceção entre os jogos sem torcida para a final da Copa Libertadores.

O Estado de São Paulo – que registra aumento de 91% na média de mortes por Covid ao fim de março – é um dos maiores palcos de disputa pelo prosseguimento do esporte. Apesar dos decretos de *lockdown* e da proibição pelo governo estadual em manter o campeonato, a Federação Paulista de Futebol (FPF) afirmou que concluiria o Paulistão (a divisão A1, principal competição organizada pela instituição) na data prevista inicialmente, em 23 de maio. As divisões A2 e A3, que seguem com suas competições igualmente interrompidas, devem ter suas tabelas redefinidas por conselhos técnicos.

Dentre as justificativas alegadas pelos clubes e as entidades esportivas para encaminhar os campeonatos, predominam o quesito financeiro e a manutenção do nível técnico dos atletas. “O rendimento é afetado, porque o atleta tem que testar seus limites todos os dias, trabalhar todos os dias. Mesmo com os treinos liberados durante a paralisação, treinar é diferente de jogar”, conta Matheus Aurélio, goleiro que atua pelo Mirassol, ao **Contraponto**.



Quando questionado sobre o dilema entre o seguimento ou a interrupção do Paulistão, Matheus afirma que a bola deve continuar rolando. “Eu acredito que o futebol deve continuar porque o protocolo que a gente segue na Federação Paulista é muito rígido. Fazemos testes PCR antes de todos os jogos, todo staff e os juízes também fazem. Com todos testando negativo, creio que não tem problema.”

Especialistas em saúde reiteram constantemente o posicionamento de que a suspensão dos campeonatos é necessária para frear a doença no país, ainda que entidades como a CBF e a FPF resistam à medida e argumentem adotar métodos eficazes de prevenção em campo.

“Quando falamos da infecção pelo coronavírus, é lógico que a gente entende que os vários protocolos realizados são muito interessantes. Mas eles não dependem só de si, eles dependem das pessoas, e muitas vezes cometemos erros que

nem passam pelas nossas cabeças. No futebol, cientificamente falando, eles são impossíveis de serem cumpridos”, afirma Marcelo Otsuka, médico da Sociedade Brasileira de Infectologia, em entrevista ao **Contraponto**.

O comportamento da população diante do próprio futebol também tem sido associado ao impacto na transmissibilidade do vírus. “Nós observamos que muitos dos torcedores acabam não cumprindo as regras pela paixão ao futebol, acabam se aglomerando, não respeitando o uso de máscara e distanciamento, como já vimos em comemorações de títulos. São situações incontrolláveis, tanto pelos clubes, quanto pela CBF”, ressalta Otsuka.

Com a crescente efervescência do debate, as argumentações favoráveis à permanência de atividades esportivas são procuradas além das fronteiras tupiniquins. Reino Unido e Portugal, que recorreram ao *lockdown* em janeiro para conter a pandemia em suas terras, o fizeram com uma particularidade em comum: permitiram treinos e partidas de futebol durante o período. A exemplo do sucesso de ambos os países em reduzir o número de casos e óbitos com o esquema, comentaristas, atletas, e instituições desportivas defendem a aplicação das mesmas ações no Brasil.

Irlan Simões, criador do podcast *Na Bancada* e pesquisador que tem como objeto de estudo o futebol e a indústria cultural, explica ao **Contraponto** como a divergência de comportamento entre líderes governamentais afeta o esporte em cada nação. “Nenhuma liderança política fez igual ao Bolsonaro. É desproporcional comparar o Brasil com qualquer país da Europa, principalmente os que são expoentes no futebol”, ressalta. “Eles nunca negaram a importância de um *lockdown*, não deixaram de incentivar as pessoas a usarem máscaras, criaram políticas para evitar aglomerações, promoveram o isolamento social e agora estão vacinando sua população. Não há comparação”.

O pesquisador também aponta como o caráter dilemático sobre a permanência do futebol no Brasil em seu período mais delicado na pandemia poderia ter sido solucionado através de medidas que conciliassem a segurança sanitária e pública e os processos do esporte no país. “Com políticas de crédito e garantia de emprego, auxílio emergencial em valores consideráveis, com bom planejamento e comunicação, enquanto houvesse o interrompimento, a gente poderia melhorar muito a nossa situação”, afirma. “Se houvesse vontade política, não seria tão difícil”.